



UNILEGIS

SANDRA DIAS DE MORAIS

TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: AGÊNCIA SENADO E JORNALISMO CIENTÍFICO

Trabalho final apresentado para aprovação no curso de pós-graduação lato sensu em Comunicação Legislativa realizado pela Universidade do Legislativo Brasileiro em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul como requisito para obtenção do título de especialista em Comunicação Legislativa.

Orientador: Prof^o. Msc. Marcos Dantas de Moura Magalhães

BRASÍLIA

2008

TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO: AGÊNCIA SENADO E JORNALISMO CIENTÍFICO

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Comunicação Legislativa realizado pela Universidade do Legislativo Brasileiro em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no segundo semestre de 2008.

Aluno: Sandra Dias de Moraes

Banca Examinadora:

Prof.º. Msc. Marcos Dantas de Moura Magalhães

Prof.º. Msc. José Ribamar Rodrigues

Brasília, 27 de novembro de 2008.

*Dedico este trabalho à minha filha Milena,
pela paciência e incentivo, que foram
fundamentais nesta conquista.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me concedido graças ao optar por este curso e pela força para a conclusão deste trabalho;

Ao Orientador deste trabalho, Prof. Msc. Marcos Magalhães, pela orientação e confiança depositados;

Aos demais professores do Curso, pelos conhecimentos compartilhados em sala de aula e pelas sugestões sempre oportunas;

Aos meus pais (in memória) pelo carinho e pelos esforços empenhados para que eu estudasse;

Aos amigos que contribuíram direta ou indiretamente para a elaboração deste trabalho, em especial à Thacyana Souza, pelas leituras compartilhadas e revisão acurada, e à Renata Barros, pela paciência em ouvir-me e pelo estímulo sempre;

Finalmente, à minha filha Milena e a toda minha família, pelo apoio nos momentos difíceis e compreensão pelas ausências.

*“O conhecimento é para ser conhecido; a
informação, para ser formada (e in-formada)”.*

Alúzio Ferreira

RESUMO

O presente estudo objetivou analisar a cobertura da Agência Senado sobre a transposição do rio São Francisco, durante o ano de 2007. A partir da constatação do relativo desconhecimento da população brasileira acerca das questões ambientais, buscou-se verificar se a cobertura feita pela Agência Senado trouxe esclarecimentos adicionais à sociedade, e ainda se provocou a reflexão e debate sobre o tema em questão. Inicialmente, fez-se uma trajetória pela evolução dos direitos fundamentais, destacando o direito do cidadão à informação e à comunicação. Em seguida, desenvolveu-se a fundamentação teórica da divulgação científica e os caminhos do jornalismo científico no Brasil. Fez-se necessária a exposição da criação dos veículos de comunicação do Senado Federal, sua atual estrutura e funcionamento, ressaltando o jornalismo feito na instituição. Destacou-se o crescimento da Internet no país, uma vez que esta é a ferramenta essencial ao trabalho realizado pela Agência Senado. Neste contexto, foram realizadas entrevistas com 50 servidores do Legislativo, objetivando mensurar a alcance dos sites de notícias institucionais. Ao mesmo tempo, realizou-se consulta ao acervo de matérias da Agência Senado constatando-se que foram publicadas 85 matérias relacionadas à transposição do Rio São Francisco, entre coberturas dos discursos em plenário e comissões, como também em *notas em tempo real* e matérias especiais. Entendeu-se que a Agência Senado, dentro das possibilidades de que dispõe, atuou de forma contínua, transmitindo, à exaustão, os debates e discussões acerca da transposição do rio São Francisco. A quantidade de informação veiculada sobre o tema sugeriu que a Agência Senado participa do esforço de democratizar a informação, lançando visibilidade e transparência em suas matérias, assegurando a pluralidade de ideologias representativas dos Estados, em prol da sociedade. O estudo sugeriu ainda que a diversidade das fontes é uma condição favorável ao cidadão brasileiro e que a garantia do seu direito de acesso à informação, através de mecanismos que o Estado tem a responsabilidade de gerar, contribuirá para o efetivo exercício da cidadania e a consolidação da democracia.

Palavras-chave: Agência Senado; cobertura; democratização; informação; Rio São Francisco; transposição.

SUMÁRIO

RESUMO	6
1 INTRODUÇÃO	8
2 DIREITOS FUNDAMENTAIS	10
2.1 Direito à Informação.....	11
2.2 Direito à Comunicação.....	12
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
3.1 Divulgação Científica no Brasil.....	14
3.2 Jornalismo Científico no Brasil.....	16
4 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL NO SENADO FEDERAL	22
4.1 Jornalismo Científico no Senado Federal.....	29
5 A INTERNET PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	32
6 COBERTURA DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO PELA AGÊNCIA SENADO	36
6.1 Pronunciamentos em Plenário.....	37
6.2 Comissões.....	38
6.3 Especiais.....	41
7 DA ANÁLISE DE DADOS	43
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	48
ANEXOS	51

1 INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, uma quantidade considerável e crescente de brasileiros em idade escolar encontra dificuldades de compreender e analisar um texto. De maneira abrupta, sem possuir uma cultura literária sólida no país, sem que houvesse uma consolidação de palavra escrita, como em outros países, passamos de uma cultura iletrada, do analfabetismo de grandes massas, para o espetáculo da civilização da imagem.

Neste contexto, a confusão e o desconhecimento de grande parte da sociedade sobre as questões ambientais é evidente. Para reverter a situação de depredação e uso não sustentável dos recursos naturais, características do modelo de desenvolvimento atual; propõe-se, entre outras coisas, que a educação ambiental deva ser estimulada e aperfeiçoada, não apenas nas escolas, mas também em outras instâncias, como por exemplo nos meios de comunicação.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é analisar como os veículos de comunicação do Congresso Nacional têm respondido à demanda de que os meios de comunicação sejam instrumentos de educação ambiental. A análise será especificamente sobre a cobertura da Agência Senado na transposição do Rio São Francisco, durante o ano de 2007.

Primeiramente, observou-se a necessidade de evidenciar a evolução dos direitos humanos fundamentais na história da humanidade, enfocando o direito do cidadão à informação e à comunicação.

Procurou-se, ainda, fundamentar a pesquisa sobre divulgação científica no Brasil, assim como a trajetória para o jornalismo científico, ressaltando os benefícios adquiridos pela população brasileira, a partir dos conhecimentos científicos veiculados pelos órgãos de comunicação.

A partir da promulgação da Constituição, em 1988, o Estado brasileiro sentiu necessidade de informar suas atividades diretamente ao cidadão, uma vez que a mídia privada, nem sempre divulgava os fatos com veracidade e clareza, levando a população a fazer, muitas vezes, um julgamento distorcido da atuação do governo.

Motivado pela onipresença da mídia privada na divulgação de seus trabalhos, o Senado Federal viu-se no dever de reestruturar seu canal de comunicação com a sociedade brasileira.

Deste modo, foi criada a Agência Senado. Depois criaram-se a Rádio, o Jornal e, por fim a TV Senado. Todos, naquele momento, “sob a forma de núcleos de produção”. Com a implementação da TV a Cabo, em 1995; e a integração de computadores e Internet no Senado Federal; a partir de 1997 todos os núcleos foram transformados em Subsecretarias.

O trabalho destaca, ainda, a importância da Internet em promover a democratização da informação, favorecendo a transmissão de informações e conhecimentos, sem a hierarquia de juízos e filtros ideológicos da mídia convencional. Sua condição de canal público ainda ultrapassa limites de tempo e espaço, propiciando a intervenção de organismos sociais, livres de regulamentações e controles externos.

Portanto, a proposta que se faz é analisar a cobertura da Agência Senado acerca da transposição do Rio São Francisco, através das matérias publicadas durante o ano de 2007, com o propósito de verificar se tais divulgações foram suficientes para o esclarecimento da população, tendo em vista a complexidade e importância do tema.

A cobertura da transposição do Rio São Francisco, pela Agência Senado refletirá os aspectos políticos e técnicos constantes na tomada de decisões do Senado Federal? Tal cobertura suscitará a reflexão e o debate da população sobre conflitos ambientais?

Tais questionamentos demonstram a inquietação relativa ao desempenho dos meios de comunicação institucionais, buscando provocar o interesse e a reflexão do cidadão brasileiro para fatos desta natureza.

2 DIREITOS FUNDAMENTAIS

Numa breve abordagem evolutiva da doutrina dos direitos fundamentais encontramos traços gerais das primeiras declarações de direitos nos *forais* e nas *cartas de franquia* da Idade Média, que continham uma enumeração de direitos.

Desde a Revolução de 1789, as declarações de direitos são um dos traços do Constitucionalismo, conforme Ferreira Filho:

A opressão absolutista foi a causa próxima do surgimento das Declarações. Destas a primeira foi a do Estado da Virgínia, votada em junho de 1776, que serviu de modelo para as demais na América do Norte, embora a mais conhecida e influente seja a dos "Direitos do Homem e do Cidadão", editada em 1789 pela Revolução Francesa. (FERREIRA FILHO: 1999).

Para Norberto Bobbio:

A doutrina dos direitos do homem nasceu da filosofia jusnaturalista, a qual – para justificar a existência dos direitos pertencentes ao homem enquanto tal, independentemente do Estado – partira da hipótese de um estado de natureza, onde os direitos do homem são poucos e essenciais: o direito à vida e à sobrevivência, que inclui também o direito à propriedade; e o direito à liberdade, que compreende algumas liberdades essencialmente negativas. (BOBBIO: 2004, 88).

Todavia, Bobbio acrescenta que os direitos humanos são o produto da civilização humana; pois enquanto direitos históricos, “eles são mutáveis, ou seja, suscetíveis de transformação e de ampliação. Basta examinar os escritos jusnaturalistas para ver quanto se ampliou a lista dos direitos”. Segundo Bobbio, Hobbes conhecia apenas um deles, o direito à vida, e complementa:

Como todos sabem, o desenvolvimento dos direitos do homem passou por três fases: num primeiro momento, afirmaram-se os direitos de liberdade, isto é, todos aqueles direitos que tendem a limitar o poder do Estado e a reservar para o indivíduo, ou para os grupos particulares, uma esfera de liberdade *em relação ao Estado*; num segundo momento, foram propugnados os direitos políticos, os quais – concebendo a liberdade não apenas negativamente, como não-impedimento, mas positivamente, como autonomia – tiveram como consequência a participação cada vez ampla, generalizada e freqüente dos membros de uma comunidade no poder político (ou liberdade *no Estado*); finalmente, foram proclamados os direitos sociais, que expressam o amadurecimento de novas exigências – podemos mesmo dizer, de novos

valores –, como os de bem-estar e da liberdade *através* ou *por meio* do Estado (BOBBIO: 2004, 52).

O mestre Aluizio Ferreira parabeniza e cita a síntese de José Afonso da Silva acrescentando que “” o termo ‘**fundamentais**’ indica, também, que os demais direitos se fundam nos direitos fundamentais, que estes são basilares em relação a todos os outros direitos “” (FERREIRA: 1997 p. 34, grifo do autor):

Direitos Fundamentais do homem constitui a expressão mais adequada [...], porque, além de referir-se a princípios que resumem a concepção do mundo e informam a ideologia política de cada ordenamento jurídico, é reservada para designar, [...] aquelas prerrogativas e instituições que ele concretiza em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas. No qualificativo **fundamentais** acha-se a indicação de que se trata de situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive (FERREIRA: 1997, p. 34, grifos do autor).

2.1 Direito à Informação

O direito à informação caracteriza-se como um fundamento para o acesso dos cidadãos ao conhecimento, essencial à garantia de uma qualidade de vida digna, tanto por meio da imprensa, como por livros, publicações e quaisquer veículos informativos. “É o princípio da livre circulação das idéias e informações (MATTELARD, 1999, 196).

Configura-se, ainda, como um relevante direito social, formador da cultura de um povo e determinante do seu nível de desenvolvimento. “O direito à informação, portanto, deve ser compreendido como um direito relacionado diretamente aos outros direitos, incluindo, obviamente, as contradições e os antagonismos destes” (GENTILLI, 2005, 125). Cabe ao Estado e às pessoas zelarem para que a livre transmissão de informações seja feita sob os preceitos constitucionais e que assegure a difusão da pluralidade de idéias e opiniões.

A trajetória do direito à informação remonta à Magna Carta *Libertatun* da Inglaterra, de 1215, passa pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento da França, de 1789, até chegar à Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948.

No Brasil está contemplada na Constituição de 1988. Desde então, a sociedade moderna consagra o direito à informação como fundamental para sua existência.

A este direito, o *Glossário de Comunicação Pública* dá a seguinte definição: “o direito à informação é assegurado igualmente a cada indivíduo e à sociedade como garantia de serem informados e de poder se informar de todos os acontecimentos com os quais, de alguma maneira, tenham relação” (DUARTE, VERAS, 2006, 18).

A informação é hoje um recurso de gestão indispensável para o desenvolvimento de sociedades e de países. Para Werthein, neste alvorecer do século XXI, o acesso à informação é o principal traço característico do debate público sobre desenvolvimento, seja em nível local ou global.

Segundo Ferreira (2003), para a sociedade civil, o acesso à informação tem a pretensão de ampliar o potencial criativo e intelectual dos indivíduos, tornando públicas as proposições políticas e decisões que, tomadas na esfera do Estado, têm reflexos diretos sobre a qualidade de vida das populações.

Assim, o autor complementa:

Nessa ótica, assim como se concebem políticas direcionadas para os setores de habitação, saúde, educação, segurança pública e geração de emprego e renda, cabe aos governos, em sua escala federal, estadual e municipal, desenvolver políticas de informação E, de um modo geral, permitir o exercício da cidadania, o que só é possível se os cidadãos tiverem o pleno conhecimento de seus direitos e deveres (FERREIRA, 2003, 37).

2.2 Direito à Comunicação

Comunicar é interagir – receber e enviar informações, de maneira variada, considerando os diversos modelos de comunicação expostos ao longo da história por diferentes autores. É a transmissão de qualquer estímulo que venha a alterar ou revigorar qualquer comportamento, por meio dos veículos de comunicação ou da interação pessoal (ANDRADE, 1996, 33).

A história da comunicação se mescla com a história da própria humanidade, já que a possibilidade de se comunicar entre seus semelhantes de forma lógica proporcionou ao homem a capacidade de se organizar e, conseqüentemente, se desenvolver, como nenhum outro ser vivo no planeta anteriormente.

O direito à comunicação é um dos pilares que sustentam a democracia. É mais do que a liberdade de expressão e o direito à informação: é o direito de todos de ter acesso aos meios de produção e veiculação de informação, de possuir condições técnicas e materiais para ouvir e ser ouvido. É possuir conhecimento necessário para discernir e estabelecer relação autônoma e independente, confrontando os diversos veículos de comunicação.

Aos governantes cumpre o papel de promoverem a ampla divulgação da informação pública, de interesse coletivo, que contribua para a interação entre os cidadãos e o Estado. Desse modo, a utilização correta da publicidade de ações oficiais torna-se uma ferramenta indispensável para a extensão do direito à informação a amplas camadas da população.

Assim, pode-se levantar a necessidade de uma reestruturação do mercado de comunicação no Brasil, por meio de medidas legais e políticas. Entre as quais podemos citar a criação de condições favoráveis para a concorrência comercial; o fortalecimento da capacidade de produção por empresas e entidades; o impulso a segmentos da mídia com necessidades de valorização; a regionalização da produção e ampliação do mercado e amplo estímulo à pluralidade de expressão.

É imprescindível capacitar os cidadãos para a leitura crítica dos meios de comunicação nas suas diversas modalidades, como rádio, TV e revistas, por exemplo, conforme estabelece o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). E, conseqüentemente, acelerar a reflexão e o debate, em relação à atuação destes meios.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Divulgação Científica no Brasil

A divulgação científica, desde o início, esteve ligada a interesses e motivações diversificadas e ocorreu sob várias formas, considerando-se pressupostos filosóficos sobre a ciência, interesses políticos e econômicos e dos meios disponíveis nos diversos locais e épocas.

Para Massarini e Moreira (2002), a divulgação científica no Brasil, apesar de sua real fragilidade ao longo do tempo, tem pelo menos dois séculos de existência. Tal como ocorreu em outros países, apresentou fases distintas, com finalidades e características peculiares que refletiam o contexto e os interesses da época.

Até o início do século XVIII, atividades científicas e até mesmo difusão de idéias modernas eram quase inexistentes, face à baixíssima densidade de população letrada. Com a inexistência da imprensa, a proibição de publicação de livros, pouquíssimas pessoas de setores sociais dominantes tiveram acesso a conhecimentos científicos produzidos na Europa.

Conforme Massarini e Moreira (2002), no início do século XIX, com a chegada da corte portuguesa, surgiu a primeira grande manifestação mais consistente: abriram-se os portos, e a proibição de impressão foi suspensa. A partir daí surgiram as primeiras instituições de ensino superior.

Com a criação da Imprensa Régia, em 1810, textos e manuais voltados para a educação científica são publicados. Nesse mesmo período, os primeiros jornais como a Gazeta do Rio de Janeiro, O Patriota e o Correio Braziliense (editado na Inglaterra) publicaram artigos e notícias relacionadas à ciência.

Massarini e Moreira (2002) acrescentam ainda que, na segunda metade do século XIX, as atividades de divulgação se intensificaram, após a segunda revolução industrial na Europa. Espalhou-se um otimismo em relação aos benefícios do progresso científico – materializado na realização de Exposições Universais, iniciados em Londres, em 1851 – percorrendo o mundo e atingiu, ainda que em menor escala, o Brasil.

Com a ligação telegráfica, do Brasil com a Europa, por meio de cabo submarino, os jornais passaram a divulgar notícias atualizadas sobre novas teorias ou descobertas científicas.

Todavia, o desenvolvimento da ciência no Brasil operou-se, como em outros países, influenciado pelo término da Segunda Guerra Mundial. O primeiro fato marcante, segundo Fabíola Oliveira (2007), foi a criação, em 1948, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), entidade que hoje congrega todas as sociedades científicas do país.

A partir da década de 1980, a divulgação e o jornalismo científico no Brasil cresceram significativamente. O grande *boom* do jornalismo científico deu-se a partir de fatos como a passagem do cometa Halley (1986), a descoberta da supernova de Shelton (1987), da supercondutividade, o anúncio não confirmado da fusão a frio, as viagens espaciais e as questões ambientais. Em 1992, quando foi realizada a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, já era grande o número de jornais que contavam com editorias de ciência, tecnologia e meio ambiente.

Porém, nos últimos anos, embora algumas delas continuem ativas, o espaço dedicado à ciência nos jornais é bastante limitado, pois os empresários da mídia preferem utilizar o espaço com notícias mais vendáveis. Soma-se a isto o fato de que há poucos jornalistas especializados na área.

Grande parte dos artigos sobre ciência são traduções de textos comprados ou disponibilizados de jornais e revistas do exterior. É bem verdade que não podemos simplesmente deixar de lado as pesquisas feitas no exterior, pois é de lá que vem grande parte do conhecimento que poderá causar impactos na nossa vida cotidiana. Contudo, o país dispõe de uma considerável produção científica.

Existe um amplo destaque nas aplicações imediatas da ciência. Aspectos importantes (como riscos e incertezas) são desconsiderados. O funcionamento real da ciência, suas controvérsias e sua inserção sócio-econômica e cultural são ignorados. Com raras exceções, pouco se tem feito para uma divulgação consistente e permanente para as camadas populares. (MASSARINI, 2002).

Para Maria Lucia Maciel (2008), a circulação e apropriação das informações e do conhecimento sobre ciência e tecnologia são primordiais para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural de uma Nação.

Lamentavelmente, no Brasil, os debates ainda são insuficientes e dentro de um universo insignificante de pessoas. “São assuntos que interferem na vida cotidiana da população e que trazem conseqüências práticas como células-tronco, ativação de usinas nucleares, transposição do rio São Francisco”, acrescenta Maciel.

Infelizmente, o desconhecimento da população é enorme, independentemente do grau de instrução.

Tal situação também é percebida por Wilson Bueno, que observa:

A situação não favorece a divulgação científica, com prejuízos evidentes não apenas para a formação e a informação dos cidadãos, como também ao reconhecimento público da importância da ciência e da tecnologia como vetores de desenvolvimento. (BUENO: 2003, 229).

Bueno esclarece acrescentando:

Fica mais fácil entender, a partir daí, a reduzida visibilidade de instituições com a opinião pública e mesmo com determinados setores da vida nacional, como a classe política que, continuamente descarta os investimentos em ciência e tecnologia como prioridade nacional. (BUENO: 2003, 229)

O cidadão comum tem o direito à informação correta e precisa, para, entre outras coisas, multiplicar suas alternativas de escolha.

Assim, a divulgação científica tem a missão maior de compartilhar o saber, fazendo com que o conhecimento chegue ao homem comum, do qual foi separado e está cada vez mais distante, diante da velocidade com que a ciência se desenvolve, assim como pelo aperfeiçoamento das técnicas e dos procedimentos.

Neste sentido Bueno (2003) sugere como alternativa a provocação de uma aproximação entre todos que estão (ou deveriam estar) comprometidos com a democratização do conhecimento, objetivando o estabelecimento de parcerias para a definição de estratégias de atuação, capacitando as fontes, fortalecendo a educação fundamental e ampliando o debate sobre o papel da ciência e a tecnologia numa sociedade em desenvolvimento.

3.2 Jornalismo Científico no Brasil

A relação da mídia, educação e a construção da cidadania, a partir do jornalismo científico carece de reflexão imediata. Até alguns anos atrás, idéia do difusionismo da divulgação científica era considerada satisfatória. Conforme Graça Caldas ao jornalista competia tão somente:

O papel de “tradutor” e divulgador da produção científica de maneira acrítica, sem contextualizar seus procedimentos, métodos e implicações políticas, econômicas e sociais. Tratava-se, na verdade, de um jornalismo meramente declaratório, onde a principal preocupação era evitar distorções que

comprometessem a informação original. Durante muito tempo a análise sobre a formação dos jornalistas e sua relação com os cientistas pautou discussões intermináveis sobre a competência do profissional da imprensa. Raras foram as vezes em que a própria pesquisa do cientista foi o objeto de questionamento quanto a sua validade científica ou interesse social. (CALDAS: 2003, 73)

Segundo Fabíola Oliveira (2007), a falta de visão crítica e a atitude de certa subserviência em relação aos porta-vozes da ciência sempre foram destaque no relacionamento entre jornalistas e cientistas.

Jovens jornalistas, principalmente, sempre se vêem deslumbrados quando se deparam com um PhD e aí os perigos são muitos. Medo de admitir que não sabe do que o cientista está falando, receio de pedir exemplos comuns sempre resultam em divulgação desastrosa, pois se o jornalista não entendeu, o leitor irá entender menos ainda.

Fabíola lembra que ao longo desses anos, o jornalismo científico passa lentamente por um processo de maturação. Todavia, ainda é limitada a preocupação de tratar a informação científica com mais rigor, quanto à validade, e, em alguns casos, à veracidade. “A falta de uma abordagem criteriosa leva à publicação de informações muitas vezes equivocadas e à visão estereotipada da ciência.” (OLIVEIRA, 2007, 49)

Por outro lado, observamos também nos cientistas tipos marcantes na forma como se relacionam com jornalistas. Há aqueles que odeiam falar com a imprensa e acreditam que, de um modo geral, os jornalistas não têm competência para escrever sobre ciência. Há ainda aqueles cientistas que falam com grandes restrições e querem ver a matéria antes de ser publicada, o que é quase impossível no jornalismo diário. E há também aqueles que querem aparecer a qualquer custo e levam mais tempo dando entrevistas que pesquisando. Finalmente, observamos aquele cientista que tem exata noção da dimensão social de seu trabalho e que vê no jornalismo científico a possibilidade de transmitir ao público a relevância que seu ofício pode ter para a sociedade. Felizmente, cresce cada vez mais o número de cientistas com este pensamento.

Todavia, levando-se em consideração os avanços da ciência moderna, em que a circulação da informação científica representa negócios e interesses específicos de grandes grupos econômicos, aproxima-se o momento de se repensar a atuação dos cientistas e jornalistas. Torna-se necessária uma discussão ampla

acerca dos aspectos éticos e os benefícios sociais das aplicações do conhecimento.

Percebe-se que o papel educativo que a mídia exerce na formação da opinião pública e na proposição de uma consciência crítica sobre a influência da ciência e da tecnologia no mundo atual é essencial para as práticas de cidadania plena.

E cito novamente Graça Caldas que acrescenta:

Num momento em que a ciência é percebida como a religião do século XXI [...], nada mais oportuno ao trabalho do jornalista do que assumir uma postura realmente científica na tarefa de ajudar a interpretar a polissemia das vozes em lugar de apenas descrevê-las. (CALDAS, 2003, 73).

Graça Caldas vai além afirmando que:

Enquanto os avanços da ciência e suas aplicações forem veiculados pela mídia apenas de forma espetacular e descontextualizada, os jornalistas estarão ajudando a formação de um imaginário social mitificado da ciência. (CALDAS, 2003, 74).

Jornalistas e cientistas devem refletir de forma multidisciplinar e mutuamente respeitosa com as várias áreas do conhecimento para efetivarem uma postura conjunta com educadores, na divulgação da ciência e da tecnologia numa perspectiva crítica permanente sobre as questões que envolvam produção do conhecimento e política científica.

Neste momento em que a informação chega de maneira rápida, fragmentada, a ilusão do conhecimento provoca uma procura incontrolável por notícias científicas, que, transmitidas de forma apressada, pasteurizada, descontextualizada, alardeiam soluções rápidas aos complexos problemas que tanto sufocam e afligem a população. E desta forma impede uma maior reflexão, a racionalidade, a lógica para a fixação de relação entre o imaginário do receptor e a realidade dos acontecimentos.

Ainda de acordo com Caldas (2003), o jornalista terá que descobrir novas atitudes e criar novos hábitos, ciente de que uma cultura informativa dependerá da forma como atuará no desempenho de suas funções e na forma como interpreta o mundo da ciência e da tecnologia. Deverá estar consciente que a democratização do conhecimento confere-lhe a posição de historiador do cotidiano e intérprete do mundo como tal.

Art. 7º do Código de Ética do Jornalista Brasileiro, que estabelece compromisso com a verdade dos fatos, precisa apuração e correta divulgação, é

necessário acrescentar uma visão analítica e interpretativa para que os jornalistas científicos possam discutir correta e eficientemente a política científica de seu país.

Portanto, um dos desafios do jornalismo científico, nesse início de século, é aperfeiçoar-se cada vez mais para transformar o conhecimento científico e tecnológico em processo de libertação social, política, econômica e cultural. Neste sentido, torna-se essencial a sensibilização de interlocutores como: governo, empresários, acadêmicos e entidades da sociedade civil, assim como atuar efetivamente no debate de formulação e execução de políticas claras de comunicação para a alfabetização científica da sociedade através das escolas, museus, teatro e instituições culturais em geral.

A partir dos avanços e desafios da biotecnologia e os crescentes problemas ambientais, a compreensão da ciência e da tecnologia como fontes geradoras de riqueza e não necessariamente de bem-estar social, o poder da informação ganhou dimensões gigantescas na chamada era do conhecimento.

Tais avanços deverão ser vistos racional e prudentemente, conforme observa Dupas em suas reflexões sobre a ética e o poder na sociedade da informação:

A questão central a enfrentar é como regular o uso das técnicas decorrentes do conhecimento científico, que avança para novas e espetaculares áreas envolvendo a própria natureza do ser, a condição de alterar a vida e o poder de mudar radicalmente as condições de produção e o meio ambiente. As novas competências que essas tecnologias permitem ao homem exercer contêm, simultaneamente, possibilidades de redenção e de destruição. Se bem exercidas, submetidas ao interesses gerais das sociedades, poderão vir a ser um importante instrumento para o desenvolvimento da humanidade. Por outro lado, submetidas unicamente ao interesse do capital e de sua acumulação, essas mesmas tecnológicas podem levar a efeitos sinistros e devastadores. O desafio é saber como a humanidade pode se preparar para arbitrar esses caminhos, de modo a evitar os riscos que não esteja disposta a enfrentar e estabelecer um controle social sobre as decisões tomadas pelo setor privado no campo das técnicas. (DUPAS, 2000, 117/118)

Assim, uma das alternativas para se desenvolver uma cultura científica seria por meio da construção de uma rede mundial de informações entre cientistas e jornalistas empenhados com a qualidade da divulgação científica e a formação de uma opinião crítica.

No entendimento de Edgar Morin (2000), "as democracias século XXI serão cada vez mais confrontadas ao gigantesco problema decorrente do

desenvolvimento da enorme máquina em que a ciência, técnica e burocracia estão intimamente associadas”. E complementa:

Essa enorme máquina não produz apenas o conhecimento e elucidação, mas produz também ignorância e cegueira. Os avanços disciplinares das ciências não trouxeram apenas vantagens da divisão do trabalho, trouxeram também os inconvenientes da hiperespecialização, do parcelamento e da fragmentação do saber. Este tornou-se mais e mais esotérico (acessível apenas aos especialistas) e anônimo (concentrado nos bancos de dados e utilizado por instâncias anônimas, a começar pelo Estado. Da mesma forma, o conhecimento técnico está reservado aos especialistas, cuja competência em uma área fechada é acompanhada da incompetência quando a área é parasitada por influências externas ou modificada por algum acontecimento novo. Nessas condições, o cidadão perde o direito ao conhecimento (MORIN, 2000b, 118/119).

Fortalecer o direito do cidadão ao conhecimento científico por intermédio da **mídia**, da **escola** e de **outras instituições culturais** para transformá-lo em sujeito ativo na construção de sua história é função educativa do jornalista científico, dos cientistas e educadores em geral, alerta Graça Caldas (2003).

Fabíola Oliveira (2007) lembra que, atualmente, são poucas as possibilidades de especialização e aperfeiçoamento para jornalistas. Existe em todo o país um único curso específico de pós-graduação *stricto sensu* em Comunicação de Ciência, na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP, São Bernardo do Campo, SP). Há também cursos de especialização em jornalismo científico no Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor, Unicamp, Campinas, SP) e na Universidade de Taubaté (Unitau, SP), além de outras ofertas acadêmicas que contemplam o jornalismo científico como disciplina optativa. É crescente o número de jornalistas que se vinculam a programas de pós-graduação em jornalismo, comunicação ou história da ciência e desenvolvem projetos de pesquisa em divulgação e jornalismo científico.

É certo que algumas experiências bem-sucedidas vêm sendo alcançadas na atuação da mídia e por cientistas compromissados com o acesso ao conhecimento. Todavia, face à gigantesca dimensão do analfabetismo científico do país, ainda há muito por fazer.

As agências governamentais também começam a se preocupar com a formação de profissionais para o aperfeiçoamento do jornalismo científico. No final de

1999, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) lançou o Programa Mídia Ciência, constituído de uma linha de auxílio por meio de bolsas para inscitos em especialização em divulgação científica.

Este parece ser sinal de que a comunidade científica brasileira toma consciência da relevância do jornalismo científico como instrumento imprescindível para a formação de cultura científica em nosso país.

4 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL NO SENADO FEDERAL

Para Aluizio Ferreira, ainda que completa, a informação que o Poder Público oferece deve ter o máximo de clareza, “evitando-se o quanto possível o emprego de jargões hermetismos e sínteses confusas e obscurecedoras”. (FERREIRA, 1997, 256).

Neste sentido esclarece que, ao divulgar suas atividades, as entidades e órgãos públicos estão constituindo comunicação com o público, com a coletividade, não somente com alguns prováveis interessados nem unicamente entre seus administradores especializados. E vai além, acrescentando:

A começar pelo próprio Poder Legislativo, as mensagens do Poder Público devem ser formuladas para serem bem compreendidas pelas pessoas em geral, não se excluindo mesmo a hipótese de desconsideração à lei cujo texto suscite confusão ou ambigüidade. (FERREIRA, 1997, 257)

Ainda segundo Aluizio Ferreira a “Informação institucional é aquela cuja fonte ou proveniência seja uma entidade ou órgão estatal, ou um ente privado que realiza atividade que tenha caráter público” (IDEM, 1997, 236).

De acordo com Luiz Carlos Freitas (2005) não importa o quanto os parlamentares trabalhem, a imagem na grande Mídia é a de lentidão e de ausências no plenário, mesmo que isso não corresponda à realidade na maioria das vezes. Freitas faz referência a Heloisa Matos, afirmando que o espaço ocupado pelo Parlamento na Mídia, e conseqüentemente, no imaginário do cidadão comum, é sempre negativo. A insinuação mais ouvida em telejornais e lida em editoriais é a de resistência às reformas e de demora na análise e votação das matérias.

Assim, concordamos com Freitas (2005) ao citar Mauro Porto, quando este afirma que:

A antipolítica dos meios de comunicação tem uma face particular importante: a atitude antiinstitucional. Esta atitude se reflete diretamente na forma pela qual jornais, rádios e televisões cobrem o funcionamento das principais instituições políticas. Entre essas instituições destaca-se o Poder Legislativo, alvo predileto do criticismo da Imprensa. (PORTO, 1996)

Aqui vale ressaltar a posição de Heloisa Matos, segundo a qual, para que o Parlamento se afirmasse perante a opinião pública teve de buscar o que chamou de “**comunicação pública**, que envolveria o cidadão de maneira participativa, estabelecendo um fluxo de relações comunicativas entre o Estado e a sociedade”

(MATOS, 2001, 1, grifos da autora). Isto garantiria à população conhecer e julgar o trabalho realizado no Legislativo, com coberturas mais amplas e informações mais completas que as divulgadas pelos veículos de imprensa privados.

Segundo Valéria Almeida (2005), a atuação dos veículos de comunicação do Senado Federal relativas às ações da política e legislativas sempre se deram por meio de registro em atas.

E Almeida esclarece, acrescentando que ainda que não houvesse impedimento do acesso do cidadão às informações, as atuações nesta área anteriores ao processo de redemocratização do país, tampouco denotavam interesse.

Antes, se distinguia muito mais pela passividade que pela necessidade.

Com o esforço pela divulgação das atividades da Assembléia Nacional Constituinte, o Congresso Nacional readquiriu, a partir de 1988, prerrogativas e ganhou novas atribuições. Com a democratização, a notícia legislativa começou a tomar corpo no Congresso. Como exemplo, em 1989 é realizado o primeiro concurso público para jornalista da Casa.

A necessidade de garantir espaço para divulgar os diversos pontos de vista, os debates e as negociações, além de favorecer a participação popular motivou a criação dos veículos de comunicação pública do legislativo e a transformação do sistema de comunicação do Senado Federal.

Desta forma, a partir de 1993, o sistema de comunicação do Senado começa a ser reestruturado, dentro de uma perspectiva de atendimento às novas demandas da sociedade sobre o Legislativo, já que os veículos privados dedicavam pouco espaço aos trabalhos desenvolvidos no Parlamento e, muitas vezes, divulgavam informações distorcidas sobre as atividades dos parlamentares.

Ainda conforme Almeida, o primeiro veículo a ser criado foi a Agência Senado, depois a Rádio, o Jornal e, por fim, a TV Senado. Todos naquele momento, “sob a forma de núcleos de produção. A Agência e a Rádio distribuía material de divulgação para o agendamento dos demais veículos de comunicação e para a Radiobrás” (ALMEIDA, 2005, 358).

Os avanços foram exponenciais. Com a regulamentação definitiva da TV a Cabo, em 1995, e o incremento das redes de computadores e Internet, já em 1997 todos os núcleos foram transformados em Subsecretarias.

Evidente que a iniciativa de se criarem complexos de comunicação suscitou receio de que se tratava de mais um casuísmo dos congressistas, preocupados tão-somente em aumentar a sua visibilidade e melhorar sua imagem perante o eleitorado.

Porém, é inegável que, ao se buscarem novas formas para pôr o cidadão a par das discussões e decisões ocorridas no Poder Legislativo, descobriu-se uma nova proeminência para o exercício profissional dos jornalistas. Iniciava-se aí uma nova forma de informar e divulgar as atividades do Parlamento. Surge então uma nova categoria, no entendimento de Luiz Carlos Freitas (2005), o jornalismo legislativo.

Hoje, a estrutura básica da Secretaria Especial de Comunicação Social (a evidência para a Agência Senado se justifica por ser objeto de análise no presente trabalho) é a seguinte:

. *Agência Senado*: com origem em 1962, quando o Senado iniciou a produção de material noticioso para o programa A Voz do Brasil. Integrava o Serviço de Radiodifusão com a denominação de Seção de Divulgação, responsável pela elaboração de resenhas diárias dos fatos da Casa para posterior distribuição aos jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão. As produções de notícias escritas e radiofônicas nasceram juntas e assim continuaram até 1972, quando foi instituída a Seção de Redação.

Nesta época, funcionava precariamente com o serviço STM-400, da Embratel. Então avançou com a seleção de 120 jornais em todo o país, passando a enviar diariamente matérias para estes jornais, através do Datafax, também da Embratel.

Desde 2005 transmite seu noticiário pela Internet; produz matérias para o Jornal do Senado sobre todas as atividades dos parlamentares e ainda disponibiliza toda sua produção para outras agências noticiosas, públicas e privadas, e também para todos os demais veículos, através de listas de assinatura; oferecendo fotos relativas à sua cobertura jornalística, por via eletrônica, sem qualquer custo para os seus usuários, bastando citar a fonte.

A cobertura jornalística da Agência Senado, em *tempo real*, compreende as atividades dos plenários do Senado e do Congresso; das Comissões; dos gabinetes do Presidente, dos membros da mesa e dos senadores; e, além disso, dos órgãos administrativos da Casa. Inclui ainda, entrevistas com parlamentares e matérias especiais.

Em 2007, houve cerca de 590 mil acessos à página da Agência Senado na Internet, gerando algo em torno de 9,6 milhões de consultas ao material jornalístico produzido. Ainda em 2007, a Agência Senado veiculou um total de 9.950 matérias completas e 6.866 notas curtas em tempo real, sendo que a TV Senado utilizou 39.000 informações apuradas pela agência para municiar a chamada barra de notícias que é constantemente atualizada no vídeo.

Em 2007 foram produzidas 202.544 fotografias digitais relativas à cobertura jornalística da atividade político-parlamentar no Senado. Destas, 23.301 foram publicadas. O restante encontra-se registradas em arquivo.

A página internacional da Agência produziu 594 matérias em 2007 (sendo 295 em espanhol e 299, em inglês), serviço voltado para o público que não fala a língua portuguesa, e, em especial, ao corpo diplomático.

No início de 2006, havia cerca de 2.000 endereços eletrônicos cadastrados para recebimento de material. No final de 2007, esse número ultrapassou 8.250.

. *Jornal do Senado*: o segundo veículo a ser criado, em 1995, como fruto dos primeiros trabalhos da Agência. Com tiragem inicial de 1.500 exemplares. Em dois anos a tiragem chegou a 45.000, sendo os jornais distribuídos para um público diversificado. Passou para o tamanho tablóide e a partir de 2003 em impressão colorida, sendo distribuído para todos os órgãos públicos das três instâncias de poder e para entidades da sociedade civil organizada.

. *TV Senado*: com tecnologia de transmissão digital, transmite sua programação em sinal aberto - em *Ultra High Frequency* (UHF) - para Brasília, Manaus, Recife, Fortaleza, Salvador, João Pessoa e Natal e via cabo ou via satélite para os demais estados (para usuários de antena parabólica). Tem prioridade em sua grade de programação, a transmissão, ao vivo das sessões ordinárias do Congresso e do Senado sobre as demais reuniões nas comissões, deliberativas ou não, e conselhos. Devendo estas ser gravadas para exibição posterior, no mesmo dia ou o mais breve possível.

Além da exibição das sessões e reuniões ligadas ao processo legislativo, a TV Senado produz, durante a semana, material jornalístico para três edições diárias de um telejornal, *flashs* ao vivo ou gravados sobre assuntos relacionados com a atividade parlamentar, programas especiais temáticos e entrevistas e debates em estúdio.

A emissora investe ainda na produção e exibição de programas culturais nos finais de semana e períodos de recesso, quando não há atividade legislativa.

. *Rádio Senado*: funcionando desde 1997, no ar 24 horas por dia transmite ao vivo (FM e OC) as principais atividades do Senado Federal, em FM (para todo o Distrito Federal e entorno). São informações resumidas sobre as discussões, debates, decisões e propostas apresentadas pelos senadores; transmitidas em forma de reportagens pela equipe de jornalismo. Produz ainda entrevistas e reportagens sobre fatos que não envolvem diretamente a atividade legislativa, mas que merecem análise e debate pelos senadores, por afetar direta ou indiretamente a população. Além de produzir também programas especiais de cultura e jornalismo.

Produz e transmite ainda por Ondas Curtas para as regiões Norte e Nordeste, além do estado de Mato Grosso e do norte de Goiás, com o objetivo de ampliar o acesso da população daquelas regiões à informação sobre os trabalhos legislativos. No início a Rádio Senado OC retransmitia integralmente a programação da Rádio Senado FM.

A partir de 2003, a Radio Senado Ondas Curtas foi reestruturada e passou a ocupar todos os horários não cobertos pela transmissão das Sessões Plenárias e das reuniões das Comissões com programas dirigidos especificamente ao público-alvo. Com linguagem própria, num formato didático e popular, a meta é mostrar ao ouvinte como as decisões tomadas no Senado podem interferir no seu dia-a-dia.

. *Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública*: um de seus objetivos é oferecer canais de comunicação para que a sociedade possa expressar sua opinião a respeito dos assuntos parlamentares. Possui três áreas específicas: a Central 0800 – A voz do cidadão, criado em 1997 para atender sugestões, críticas e opiniões dos eleitores. Recebe cerca de 150 mil ligações anuais; o Serviço de Pesquisas de Opinião do Senado Federal – realiza sondagens de opinião a respeito dos projetos em tramitação na Casa, com o propósito de levar aos senadores as tendências da opinião pública nacional. E ainda o Senado na Mídia – responsável pelo clipping do noticiário sobre o Senado Federal.

Os trabalhos desenvolvidos nos órgãos de comunicação do Senado são caracterizados pela ética, independência e pluralidade; dirigidos ao interesse público e ao comprometimento com o cidadão, facilitando-lhe o acesso à informação.

São trabalhos baseados no compromisso com a instituição e sua história, na transparência da atividade legislativa; provocando o debate público e à participação

popular, onde o papel do Poder Legislativo possa ser entendido pela sociedade, propiciando assim o pleno exercício da cidadania e a consolidação da democracia.

Conforme Luiz Carlos Freitas há que se registrar, no entanto, que enquanto para muitos o jornalismo feito no Parlamento é mais uma das formas de comunicação institucional, “cujo público se restringe aos clientes e fornecedores de determinada organização” (FREITAS, 2008, 32). Entende-se que, no caso do Legislativo, a sociedade é o público-alvo; conseqüentemente os veículos legislativos fazem comunicação de massa para um público heterogêneo e difuso.

Por outro lado, outros o vêem como uma das frentes do Jornalismo Político, onde a divulgação do que acontece no Congresso é um simples elemento da cobertura política em geral, assim como acontece na Mídia tradicional. Em se tratando do Jornalismo Legislativo, busca-se fazer a cobertura integral da atividade parlamentar e da discussão política pública no âmbito do Parlamento, com espaço equânime para cada representante.

Ainda conforme Freitas (2008), apesar de recente (pouco mais de uma década) já existem indícios e fundamentação teórica suficientes que nos permitem identificar o Jornalismo Legislativo como uma nova especificidade na atividade jornalística.

É bem verdade que esta nova especialização, apesar de um reconhecimento no meio social, ainda não está devidamente sistematizada enquanto objeto de estudos capazes de patrocinar um entendimento mais amplo sobre suas especificidades em relação ao jornalismo tradicional. Há uma grande lacuna sobre a divulgação de notícias específicas geridas pela própria fonte, exceção ao trabalho do jornalista e pesquisador Francisco Sant’Anna, onde o autor faz uma análise sobre os meios de comunicação de massa criados, mantidos e operados por entidades, corporações, movimentos sociais etc., tendo como estudo de caso a cobertura feita pelos profissionais dos veículos do Senado Federal.

Em sua pesquisa de doutoramento (Universidade de Rennes I, França), o jornalista Francisco Sant’Anna (2008) ressalta que a difusão de informação no Brasil aparece com novos protagonistas que se diferenciam das mídias tradicionais. São organizações profissionais, sociais e também segmentos do Poder Público, mantidas e administradas por atores que até bem pouco tempo atuavam tão somente como fontes de informações, e que ele denomina como Mídia das Fontes.

Francisco Sant’Anna ainda acrescenta:

As Mídias das Fontes, ou mais especificamente, as Mídias Corporativas buscam interferir no processo de construção da notícia e na formação do imaginário coletivo, principalmente naquele setor formador de opinião. A sociedade brasileira se depara então com uma diversidade mediática pouco conhecida em outros cantos do planeta. (SANT'ANNA, 2008, 10).

Vários questionamentos são colocados por Francisco Sant' Anna: o surgimento destas mídias seria uma transformação do jornalismo? Pode-se chamar de jornalismo a informação difundida pelas Mídias das Fontes? O fato de as Mídias das Fontes estarem direta ou indiretamente vinculadas às estratégias de comunicação institucional e de buscarem influenciar a esfera pública, é motivo para que os profissionais que nela trabalham possam ser considerados como “Jornalistas de Influência”? Que nível de credibilidade possui a informação difundida pelas Mídias das Fontes? Quais as diferenças de conteúdo difundido pela imprensa privada, pública e corporativa? Onde está a informação desprovida de segundos interesses?

É fato que as transmissões ao vivo, das sessões plenárias e dos trabalhos das comissões, bem como as atividades do Parlamento brasileiro tornaram-se mais visíveis, possibilitando o monitoramento do desempenho do parlamentar pelo eleitor e demais segmentos formadores de opinião, conferindo maior credibilidade ao Poder Legislativo.

Luiz Carlos Santana de Freitas, jornalista e servidor do Senado Federal confirma tal posicionamento em pesquisa para obtenção do título em Mestre de Comunicação Social da Universidade de Brasília, intitulada “Midiatização do Parlamento: a TV Senado e as transformações na atividade político-parlamentar no Senado brasileiro”.

Em seu trabalho Freitas credita ao advento da TV Senado, as transformações quantitativas e qualitativas que culminaram no significativo avanço da atividade político-parlamentar no Senado brasileiro, traduzindo-se em um número de proposições três vezes maior. O número de Comissões Parlamentares de Inquérito instaladas também cresceu espantosamente, note-se que no período pesquisado (1995 -2003), o número de senadores permaneceu o mesmo.

4.1 Jornalismo Científico no Senado Federal

O jornalismo praticado na cobertura da atividade político-parlamentar pelos veículos de comunicação mantidos pelo poder Legislativo é chamado de jornalismo legislativo, conceito que vem sendo construído por pesquisadores e acadêmicos da área de Comunicação Social.

A lei nº 8.977/95, Lei de Cabodifusão garantiu canais gratuitos das operadoras de televisão a cabo aos legislativos, federal, estadual e municipal. Junto com as emissoras de televisão, os órgãos do poder Legislativo que já possuíam estrutura (jornais e agências de notícias, além do programa radiofônico *A Voz do Brasil*, etc.) para a divulgação das atividades legislativas reestruturaram-se, formando um sistema de comunicação próprio.

Assim, o Senado Federal passou a oferecer ao cidadão brasileiro uma opção à cobertura da mídia tradicional em relação ao parlamento, buscando a revisão de sua programação jornalística e uma configuração mais adaptada à realidade brasileira.

O Glossário de Comunicação e Cidadania, elaborado pelos alunos do curso de especialização em Comunicação Legislativa da UNILEGIS (2008), cita Luiz Carlos Santana de Freitas ao colocar que o jornalismo legislativo apresenta o pluralismo ideológico e o tratamento racional das notícias, pelo menos duas das características essenciais ao jornalismo público.

Ainda citando Freitas, “podemos dizer que o jornalismo legislativo e o jornalismo público compartilham vários pontos, na prática e conceitualmente, que os colocam no mesmo campo, ou seja, o do interesse público”. Freitas acrescenta que:

Ambos têm características peculiares e paradigmas diversos dos praticados pelo jornalismo de mercado; busca-se menos a idéia do espetáculo, do sensacionalismo, do que a compreensão dos conteúdos, para oferecer ao público uma gama diversa e plural de informações que possam ser usadas para a prática da cidadania. (FREITAS, 2008)

Desta forma, nota-se, nos veículos de comunicação do Senado Federal, tendência cada vez maior de buscar novos caminhos, voltando a programação à discussão de temas nacionais.

Neste sentido há entrevistas com os senadores, sobre os principais assuntos debatidos e votados na casa, sendo transmitidas diariamente durante toda a

programação da TV Senado. Há também o programa Cidadania, no qual, com a mediação de um jornalista, ocorrem debates onde um representante da sociedade civil e uma autoridade discutem temas de interesse do cidadão.

A TV Senado apresenta ainda o programa EcoSenado, em que são reveladas ações de cidadania em defesa da natureza. A TV Senado conquistou também o segundo lugar no prêmio Docol de jornalismo, em 2006, com o programa Repórter Senado O Desafio das Águas. O prêmio visa provocar a reflexão sobre a escassez de água potável em todo o mundo.

O jornal do Senado, por exemplo, traz notícias e informações sobre a qualidade de vida e ecologia em espaço semanal na coluna Ambiente Legal.

Na mesma linha a Rádio Senado leva ao ar vinhetas com dicas sobre preservação, e consumo consciente. Há ainda o programa Sintonia ambiental, que traz a discussão sobre a conservação do meio ambiente e apresenta entrevistas sobre ações e políticas sustentáveis.

A Rádio Senado Ondas Curtas promove ainda o “Balcão de sementes”, que incentiva a troca de sementes de árvores nativas de várias regiões para o reflorestamento de áreas degradadas. Este programa tem grande repercussão nas regiões Norte, Nordeste, estado de Mato Grosso e norte de Goiás, com inúmeros leitores, escrevendo e relatando suas experiências com a troca e o plantio das sementes.

Assim, a cobertura de assuntos relativos a jornalismo científico ocorre com a mesma transparência e naturalidade com que os demais assuntos são transmitidos pelos veículos de comunicação do Senado Federal, tal como abordado em comissões, audiências ou em discursos em plenário, sem os cortes editoriais comuns à imprensa tradicional. O que certamente favorece o entendimento do cidadão acerca de assuntos mais complexos.

A Agência Senado também exerce seu papel de informar e transmitir conhecimentos na cobertura jornalística de temas científicos, e o faz de maneira direta, transparente e objetiva, características sempre constantes em suas matérias.

Este trabalho se concentra no estudo da cobertura de um tema científico, que tem causado grande polêmica nos meios políticos e sociais do país: transposição do rio São Francisco, projeto que tramita com ampla evidência e posicionamentos extremados a favor e contrários, como a greve de fome, realizada duas vezes nos

últimos três anos pelo bispo Dom Luiz Flávio Cappio, de Barra (BA).

Logo, apresenta uma análise da cobertura da Agência Senado sobre a transposição do Rio São Francisco, durante o ano de 2007, onde se procura identificar aspectos relevantes na tomada de decisão desta Casa Legislativa, bem como evidenciar como a Agência Senado transmite tais decisões à sociedade.

5 A INTERNET PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A revolução tecnológica nas comunicações, em meados do século XX, provocou mudanças econômicas, sociais e culturais. Impuseram-nos novos paradigmas, novas possibilidades e impactos ainda imensuráveis.

Integraram-se ao nosso cotidiano, de uma hora para outra, o controle remoto, o videocassete, o PC, a antena parabólica e a TV a cabo, o CD e o CD-ROM, o telefone celular, a Internet etc. Isso se verificou num tempo mais curto do que outras mudanças na história da humanidade, como a passagem da oralidade para a escrita ou como no caso dos diferentes avanços do jornalismo escrito ou do cinema.

A história da Internet no Brasil começou em 1991 com a Rede Nacional de Pesquisa (RNP), uma operação acadêmica subordinada ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT).

Em 1994, no dia 20 de dezembro a EMBRATEL lança o serviço, experimentalmente, a fim de conhecer melhor a Internet. A partir de 1995, por iniciativa do Ministério das Telecomunicações e Ministério da Ciência e Tecnologia, iniciou-se a comercialização da Internet à população brasileira.

Porém, o grande *boom* da rede no Brasil aconteceu ao longo de 1996. Um pouco pela melhoria nos serviços prestados pela Embratel, mas, sobretudo, pelo crescimento natural do mercado, a Internet brasileira crescia admiravelmente, tanto em número de usuários quanto de provedores e de serviços prestados através da rede.

Segundo Denis de Moraes, a Internet tem a característica de favorecer a transmissão extensiva de informações e conhecimentos, sem subme-tê-los às hierarquias de juízos e aos filtros ideológicos da mídia convencional. E Denis acrescenta que:

A Web propicia a intervenção dos organismos sociais na cena pública, graças à singularidade de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades. Organizações que contestam o neoliberalismo exprimem-se e interagem, sem estarem presas a um lugar ou a um tempo específicos. O que distingue a Internet é sua condição de canal público, desterritorializado, livre de regulamentações e controles externos. (MORAES, 2005, 210)

Entretanto, segundo Edson Dalmonde (2007), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO persiste apontando a

necessidade de se pensar a comunicação como estratégia para que se atinja um nível mais igualitário entre as sociedades. O autor observa que a manutenção de um quadro de expectativas utópico foi renovada com a internet. E desde sua proliferação a UNESCO vem questionando o nível desigual de acesso e participação na rede mundial, destacando o trecho a seguir:

Alguns anos depois, a euforia passou um pouco. A ferramenta que permite um acesso imediato a importantes quantidades de informação continua ainda prometendo, mas adquiriu-se uma consciência mais precisa dos obstáculos a ultrapassar. [...] é suficiente lembrar que nos países ricos, a cada três habitantes, um possui computador, ao passo que na África a relação é de um para 130. Outro indicador: em 2003, 19% dos habitantes do planeta representavam 91% dos usuários da Internet. E o que dizer do fato de que um terço da humanidade não está ligado à eletricidade? (UNESCO, 2005).

De acordo com Jorge Werthein (2007), abundam exemplos de situações do que as modernas tecnologias são capazes de fazer. E realmente fazem toda a diferença. O desafio é torná-la cada vez mais acessível ao maior número de pessoas, de forma contínua e produtiva, afirma Werthein.

Os benefícios são óbvios. Porém os riscos, nem tanto.

A exclusão digital é o principal deles. À medida que a sociedade incorpora meios de informação e comunicação cada vez mais sofisticados, reproduzem-se velhas desigualdades. Outrora era a distinção entre letrados e analfabetos, agora, assistimos ao contraste de quem domina tecnologia de ponta e aquele que mal sabe do que se trata. Mais intenso se torna o problema quando se observa que, mesmo entre os privilegiados capazes de operar aparelhos de última geração, há lacunas, quando não verdadeiros abismos.

O pesquisador, professor e escritor Armand Mattelart, em entrevista ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC, em 24/01/2005, ao ser questionado se a chamada Sociedade da Informação pode atribuir à comunicação um impacto civilizatório por si, responde:

A própria noção de “sociedade da Informação” tem uma trajetória longa e carregada de ambigüidades. Uma fonte importante de ambigüidades é o determinismo técnico que a sustenta. [...]. Da conexão técnica por si se supõe que deveria resultar forçosamente uma sociedade mais justa, mais democrática, sem “fraturas numéricas”, uma civilização mundial que respeite as culturas. [...] Ao postular a necessidade de apropriação social do universo técnico como componente da democracia e, portanto, a necessidade de implementar políticas

públicas de comunicação, [...] o movimento social desestabilizava a crença no determinismo do mercado e da técnica, consideradas como “novas forças naturais”. (MATELLART, 2005).

Novamente questionado sobre qual seria a receita para a democratização da comunicação, e se as tecnologias de informação e comunicação são um atalho para se democratizar a comunicação, Mattelart responde:

Não existe receita. O importante, me parece, é não se imolar o altar das últimas tecnologias de informação e de comunicação. Apropriar-se delas, mas sem ceder à amnésia que nos faz esquecer a longa e rica tradição de reflexão acumulada pelas experiências de usos populares de tecnologias anteriores como o rádio por exemplo. (MATELLART: 2005).

Conforme o Comitê Gestor da Internet no Brasil, em 2007, o total de lares com Internet era de 17%. O número ficou assim distribuído, por regiões, em ordem decrescente: Sudeste – 22%; Sul – 21%; Centro-Oeste – 16%; Nordeste – 7% e Norte – 5%. Estes dados ilustram exatamente a exclusão digital, que é reflexo da exclusão sócio-econômica. Há uma repetição da situação de exclusão, na qual algumas regiões mais desenvolvidas têm maior participação sócio-econômica que outras.

A exclusão é anterior aos meios modernos de comunicação; é anterior e concomitante à história da internet. A exclusão de forma global já existia e perigosamente se acentua.

Porém, os avanços são inegáveis. O conjunto das novas tecnologias de comunicação, a partir da informática, das telecomunicações, do audiovisual e das interconexões entre estes, vem em menos de três décadas, modificar as condições de troca e de poder no mundo.

O número de pessoas com acesso à internet no Brasil ultrapassou pela primeira vez a barreira de 40 milhões de pessoas. Os dados são relativos ao primeiro trimestre de 2008 e revelam que 41 565 milhões de pessoas com 16 anos ou mais declararam ter acesso à internet em qualquer ambiente (casa, trabalho, escola, cybercafés, bibliotecas, entre outras possibilidades). Este é o maior patamar já atingido no país, desde setembro de 2000, quando se iniciaram as medições do IBOPE//NetRatings no Brasil.(IBOPE, 2008).

Em maio de 2008, 23,1 milhões de pessoas usaram a internet residencial, segundo o IBOPE//NetRatings, maior número já atingido pela pesquisa e que significa 29% a mais que os 17,9 milhões de maio de 2007. O número de pessoas

com acesso residencial à internet também é o maior desde setembro de 2000 e chegou a 35,5 milhões de pessoas em maio. “São dados muito positivos”, comenta Alexandre Sanches Magalhães, gerente de análise do IBOPE//NetRatings. E Magalhães continua:

E refletem as políticas públicas de abertura de pontos de acesso à internet em escolas, bibliotecas, telecentros e muitos outros locais, além da avalanche de facilidades para adquirir computadores novos, como financiamentos em muitas prestações e equipamentos mais baratos por causa da concorrência entre os fabricantes de computador” (MAGALHÃES, 2008).

O comércio eletrônico no Brasil movimentou 114 bilhões de dólares em 2007, um aumento de 82% sobre o volume de 2005, de acordo com pesquisa da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas.

Dalmote (2007) aponta que é neste sentido que as utopias são necessárias e nos impulsionam, motivando transformações, tendo por referência o “campo dos possíveis”. É a materialização da crença numa sociedade igualitária, justa. E, lembrando Peruzzo (2005), admite quão passíveis de concretização são as utopias que sugerem aonde se quer chegar, ainda que longe da realidade concreta.

O Brasil vive hoje um momento significativo de sua história. As instituições democráticas se consolidaram. Os movimentos sociais, as ONG's e os outros segmentos da sociedade civil se espalham e se multiplicam pelo país. Os espaços existem e devem ser conquistados.

Conforme Denis de Moraes:

Nunca é demais lembrar que as formas tradicionais de mobilização coletiva continuam insubstituíveis, Apontar a Internet como ferramenta comunicacional de novo tipo não significa subordinar as lutas políticas ao avanço tecnológico, menosprezando mediações sociais e mecanismos clássicos de representação política. Entendemos que a Internet atua como complemento aos meios de comunicação comunitários existentes. O que se pretende é que a Internet possa alastrar idéias contra-hegemônicas e agrupar segmentos que reclamam justiça social, desenvolvimento sustentável e valores éticos (MORAES, 2005, 210/211).

De qualquer maneira, o mais importante é que a Internet já faz parte do dia-a-dia dos brasileiros, tornando-se, definitivamente, uma ferramenta de comunicação, informação, estudo, trabalho e entretenimento para a população.

6 COBERTURA DA TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO PELA AGÊNCIA SENADO

A análise da cobertura da transposição do Rio São Francisco destina-se a observar como é feita a divulgação de temas científicos pela Agência Senado. Busca-se verificar a eficácia destas informações para o conhecimento da sociedade, bem como a abrangência desta divulgação.

A escolha do tema “transposição do rio São Francisco” deu-se pela sua importância no cenário político, econômico e social, tendo o ano de 2007, quando iniciaram as obras, como período de maior evidência.

Desta forma, o trabalho não pretende julgar o mérito do projeto em si, mas analisar de forma imparcial as informações veiculadas pela Agência Senado.

Embasamentos técnicos e científicos não cabem nos limites desta monografia, pois mereceriam uma abordagem específica e aprofundada do tema.

Por outro lado, as obras de integração de águas do rio São Francisco com outras bacias do Nordeste já estão bem adiantadas, segundo afirmação do Secretário de Infra-estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, João Reis Santana Filho em audiência pública, realizada no dia 09 de setembro de 2008, por Comissão Externa Temporária do Senado.

A comissão foi criada para acompanhar o projeto de transposição do Rio São Francisco, conforme requerimento do senador Cícero Lucena (PSDB-PB), que a preside. João Reis Santana Filho informa ainda que dos R\$ 6,9 bilhões previstos para todo projeto, incluindo manejo ambiental, R\$ 2,1 bilhões já foram contratados e R\$ 304 milhões, desembolsados.

Assim, como podemos observar nos anexos, a partir da página 49, foram realizadas, ao longo do período referenciado, 85 registros de notícias veiculadas pela Agência Senado.

Observa-se nestes registros noticiosos uma variedade de formas de divulgação, desde à reprodução de pronunciamentos em plenário, onde diversos senadores defendem seus pontos de vista, favoráveis ou contrários, até afirmações de especialistas em comissões temáticas, como o caso do assessor do Banco Mundial, Antonio Rocha Magalhães, na Comissão do Meio Ambiente, Defesa do

Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, em 28/08/2007. Existem ainda matérias especiais onde se constata o quão controverso é o tema.

Destes 85 registros de notícias veiculados pela Agência Senado, há 16 notas em tempo real; 43 registros de pronunciamentos em plenário; 11 registros dos trabalhos em comissões; e 15 registros de notícias especiais, que envolvem coberturas de sessões do congresso, eventos da presidência da Casa e outros.

Deste modo, a análise foi feita tomando-se como referência os pronunciamentos em plenário e os trabalhos em comissões.

As matérias que abordam os pronunciamentos em plenário comprovam a oposição acirrada dos representantes do Estado da Bahia ao projeto, um dos estados, que em tese, seria prejudicado. Dos 43 pronunciamentos em que o tema foi tratado, os senadores Antonio Carlos Magalhães e César Borges manifestaram-se 13 vezes, enquanto que senadores representantes dos estados da Paraíba, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte, estados que serão beneficiados pelo projeto, manifestaram-se 16 vezes.

Os dados acima refletem que o interesse político na defesa do estado da Bahia é bastante forte em plenário. Temos que considerar aqui o fato de as sessões serem transmitidas ao vivo, neste caso a avaliação do desempenho do parlamentar é instantânea.

No caso dos estados beneficiários do projeto, os pronunciamentos, embora não tenham ocorrido proporcionalmente, uma vez que há o mesmo número de senadores por estado, refletiram a importância do projeto para a região, evidenciando sempre a necessidade de atender àquela camada da população e acrescentando dados técnicos favoráveis embasando sua defesa.

Os demais pronunciamentos foram de parlamentares de outras regiões, o que demonstra a polêmica e relevância do tema.

6.1 PRONUNCIAMENTOS EM PLENÁRIO

No pronunciamento do senador César Borges (PFL-BA), em pronunciamento no dia 27/02/2007 (vide matéria na íntegra, em anexo), faz críticas ferrenhas ao projeto de transposição do rio São Francisco. O parlamentar afirma que “o governo

federal insiste em dizer que terá 6 bilhões para realizar uma obra malfadada”, e defende, em vez da transposição, a revitalização da bacia do São Francisco.

Em contrapartida, o senador José Maranhão (PMDB-PB), em 12/07/2007(vide matéria na íntegra, em anexo), há uma ênfase na interligação do rio São Francisco como solução para o desabastecimento de água no Nordeste. Segundo o parlamentar “os eixos de interligação Norte e Leste deverão garantir uma vazão de 26,4 m³ /s, o que corresponderia a 1,4% da vazão regularmente liberada pela represa de Sobradinho, na Bahia”. Dados que comprovam a sustentabilidade ambiental do rio, concluiu o senador.

Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em pronunciamento no dia 06/03/2007(vide matéria na íntegra, em anexo), analisa os dois lados da polêmica sobre o rio São Francisco. O parlamentar afirmou que “o projeto tem por objetivo acabar com o problema da seca no semi-árido brasileiro, que aflige há mais de cem anos o governo e a sociedade brasileira. Por outro lado, o senador disse que os críticos da transposição, como Dom Luiz Flávio Cappio, “estão convencidos de que existem opções melhores, socialmente mais justas e mais baratas”.

O parlamentar, embora representando estado alheio à polêmica, deixa clara em seu pronunciamento, a necessidade de mais debates acerca do projeto em questão, para que sejam tomadas as decisões mais acertadas e justas para as comunidades envolvidas.

As matérias demonstram que os aspectos políticos predominam nos pronunciamentos em plenário. As críticas às ações do governo e a defesa do estado são mais abrangentes que a referência a dados técnicos do projeto, nos discursos dos representantes do estado da Bahia, contrário ao projeto. Da mesma forma, os discursos dos representantes dos estados que serão beneficiados além de fornecer dados técnicos, demonstram o caráter político na defesa da população do semi-árido, ressaltando sempre a necessidade de se resolver o problema da seca no Nordeste, que é secular; e a promoção do desenvolvimento da região.

6.2 COMISSÕES

O projeto da transposição do Rio São Francisco ainda foi tema, no período analisado, de debates em diversas comissões, como na Comissão do

Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, que em 01/03/2007 (vide matéria na íntegra, em anexo), discutiu projetos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Na ocasião, o então ministro da Integração Nacional, Pedro Brito do Nascimento, ao responder perguntas dos senadores, apoiou proposta de emenda à Constituição (PEC), apresentada pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que destina recursos específicos, durante 20 anos, para a revitalização do rio São Francisco. Pedro Brito acrescentou ainda que o governo destinará R\$ 1,3 bilhão nos próximos 4 anos para a revitalização do rio.

Em audiência pública, na mesma comissão, proposta pela presidente, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), e realizada em 28/06/2007 (vide matéria na íntegra, em anexo), o projeto recebeu o apoio dos senadores Garibaldi Alves (PMDB-RN) e Cícero Lucena (PSDB-PB).

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), por sua vez, disse não ser contra o projeto, porém que se faça antes a revitalização do rio. Em resposta o então ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, afirmou que a revitalização será feita antes, durante e após a transposição.

Na mesma audiência o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), referindo-se à presença de manifestantes acampados nas proximidades das obras, perguntou ao ministro se houve diálogo com Dom Luiz Flávio Cappio, um dos líderes da manifestação. Em resposta, Geddel Vieira Lima disse que ao assumir o ministério, telefonou ao bispo, convidando-o para uma conversa, e que nunca obteve retorno.

O senador Cícero Lucena (PSDB-PB), fez alusão a Dom Luiz Flávio Cappio, que fez greve de fome contra o projeto, dizendo que por falta da água que a transposição levará a vários estados do Nordeste, milhares de pessoas já passaram fome. O parlamentar ressaltou que, “apesar de fazer oposição do governo Lula”, apóia esse projeto. E acrescentou: “a cidade de Campina Grande, por exemplo, que tem 400 mil habitantes, chegou a fazer racionamento de água e poderá sofrer falta de água se o projeto de transposição não for executado”.

Na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em reunião no dia 28/08/2007 (vide matéria na íntegra, em anexo), o assessor do Banco Mundial para o Brasil Antônio Rocha Magalhães afirmou que, “se nada de relevante for feito, haverá um aumento de 3 ou 4 graus centígrados na temperatura da Terra até 2050. Áreas áridas e semi-áridas receberão menos água e,

infelizmente, o impacto será maior onde o problema existe. O Nordeste terá secas mais frequentes e fortes, intensificando as dificuldades de combate à desertificação”. Antonio Rocha disse, ainda, que a adaptação às mudanças climáticas é o caminho para uma melhor convivência com a seca e redução às vulnerabilidades da região. E que isso depende muito das políticas públicas e da sustentabilidade do desenvolvimento, pois segundo ele “pobreza e desastres naturais são interdependentes e é possível a criação tanto de um círculo vicioso quanto de um círculo virtuoso”. Lembrou que a falta de continuidade dos programas governamentais é um problema sério no Brasil e que já existem programas para combate à seca e à desertificação, tanto na Bahia quanto no Ceará, com soluções importantes. Evidenciou o poder do Congresso para assegurar esta continuidade.

Por sua vez, o coordenador do Programa Nacional de Combate à desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, do Ministério do Meio Ambiente, José Roberto de Lima, afirmou que a desertificação é um tema antigo na história do mundo. José Roberto seguiu explicando que “o Nordeste brasileiro, classificado de semi-árido, apresenta agravantes de sua condição, tais como queimadas, desmatamento, pastoreio acima da capacidade, agricultura mal dimensionada e até irrigação equivocada que pode levar à salinização do solo, uma forma grave de desertificação”.

José Roberto continuou sua explanação informando que “estudos das Nações Unidas apontam para chuvas mais concentradas no tempo e no espaço. A previsão é de que, até 2050, metade das terras da América Latina sejam impróprias para a agricultura; e o semi-árido brasileiro virará uma região desértica, árida. E o que acontecerá com os 32 milhões de habitantes desta região?”.

Concluiu apontando que a solução será “barrar o avanço da desertificação, tentando recuperar as áreas já comprometidas e que forem passíveis de recuperação, através de esforços conjuntos dos Ministérios da Educação, Agricultura e Meio Ambiente”.

Conforme descrito acima, a transposição do Rio São Francisco foi tema exaustivamente debatido em diversas comissões e audiências públicas, assegurando a transparência e a publicidade dos aspectos técnicos necessários ao bom andamento do projeto.

6.3 ESPECIAIS

A análise da cobertura da Agência Senado sobre a transposição do Rio São Francisco, destaca-se ainda, através de matérias especiais, publicadas durante o ano de 2007, onde se observa mais uma vez, a complexidade do tema.

Desta forma, reproduz-se na íntegra, uma matéria especial, publicada em 23/01/2007, por ocasião do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento, anunciando o início das obras da Transposição do Rio São Francisco para fevereiro de 2007.

ESPECIAL

23/01/2007 - 18h37

Anúncio de obras da transposição do São Francisco divide senadores



Foto: Marcelo Lyra/Fundação Quinteto Molado

Recém-lançado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê recursos para um empreendimento que já gerou muita discussão no Senado: o Projeto de Integração do Rio São Francisco, mais conhecido como Projeto de Transposição do São Francisco. Longe de serem alvo de consenso, as obras de integração do rio com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional deverão ser iniciadas em fevereiro.

Ex-ministro da Integração Nacional no governo Fernando Henrique Cardoso, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) integra a ala dos senadores favoráveis à transposição, avaliada por ele como "primordial e imprescindível" para os estados do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. Suassuna considera legítimo o direito de estados banhados pelo rio contrários à obra, como Minas Gerais e Bahia, defenderem seus argumentos sobre o assunto, mas afirma que isso não lhes dá o direito de obstruir o projeto.

■ O que faz uma Nação é a solidariedade. A gente tem o mesmo direito a essa água, que seria jogada no Oceano Atlântico ■ declarou.

Em contrapartida, o senador César Borges (PFL-BA) disse sempre ter sido contrário ao projeto por considerá-lo "equivocado".

■ Vai-se gastar muito, mais de R\$ 6 bilhões, em um projeto cujos efeitos estão longe daqueles alardeados pelo governo ■ afirmou.

O pefelista concorda, entretanto, com o projeto de revitalização da bacia hidrográfica do São Francisco, com investimentos federais previstos de R\$ 1,3 bilhão nos próximos quatro anos. Mas desconfia que a promessa do governo de realizá-la em paralelo à transposição seja uma tentativa de diminuir as resistências ao projeto.

■ Continuarei criticando e sendo contra o projeto ■ anunciou.

De acordo com o Ministério da Integração Nacional, as obras de integração do São Francisco aguardam apenas a expedição da licença de instalação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para serem iniciadas. O projeto tem R\$ 6,6 bilhões previstos no PAC e deverá assistir 12 milhões de habitantes em 391 municípios dos quatro estados beneficiários.

Simone Franco / Agência Senado

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



7 DA ANÁLISE DE DADOS

Os dados utilizados nesta pesquisa foram extraídos de entrevistas com 50 (cinquenta) colegas servidores do Senado e Câmara, escolhidos aleatoriamente, sem distinção de sexo, idade ou nível sócio-econômico.

Procurou-se estabelecer como condição que fosse estudante universitário, graduado ou pós-graduado, garantindo o sigilo quanto à identidade do entrevistado. Anteriormente expôs-se um termo de consentimento, no qual informava o objetivo geral da pesquisa, a participação voluntária e não obrigatória e a não penalidade em caso de desistência.

As entrevistas foram realizadas no ambiente de trabalho de cada participante, com hora marcada, preferencialmente no início do expediente, intencionando não comprometer o desempenho das atividades profissionais do entrevistado, bem como as respostas ao questionamento proposto. Para tais entrevistas utilizou-se somente gravador.

Inicialmente foram feitas perguntas como: Quais veículos de comunicação você utiliza normalmente para se informar? Com que frequência? Quais os sites de notícias que você mais acessa? Você conhece/acessa o site de notícias Agência Senado? Você considera os sites de notícias como fonte de informação e pesquisa? Discorra sobre isto. Você já falou ou ouviu falar sobre sites de notícias institucionais fora de seu ambiente de trabalho? Se positivo, qual sua impressão sobre tais comentários? Para você a Agência Senado transmite notícias, acrescentando conhecimentos? A transposição do Rio São Francisco foi tema constante, durante o ano de 2007, nos diversos veículos de comunicação. Você acompanhou estas notícias? Caso positivo, você conseguiu esclarecimentos adicionais durante os debates ocorridos no Senado?

Posteriormente foram feitas comparações com a frequência das respostas afirmativas, ou seja, que manifestaram favoravelmente aos sites de notícias institucionais, evidenciando sua importância a médio e longo prazo, como forma de levar à população mais informações técnicas do projeto, além do debate político, quer seja como mídia de instantaneidade, quer seja como mídia de memória; com a frequência das respostas negativas, ou seja, àquelas que declararam não ter convicção de que os sites de notícias institucionais possam, de fato, trazer qualquer benefício à população.

Tais comparações deram suporte às considerações finais e confirma a hipótese inicial de que, embora incipiente, há uma contribuição dos sites de notícias institucionais na ampliação dos conhecimentos da população, especialmente do site de notícias Agência Senado, uma vez que transmite decisões políticas e sociais de alcance nacional; sem o viés imposto pela mídia privada; e que afetam direta ou indiretamente, cada cidadão.

Devido à escassez de recursos financeiros e materiais, bem como insuficiência de prazo não foi possível detalhar melhor esta pesquisa. Ciente de que é necessário pôr-se amostras mais abrangentes, que representem melhor a população brasileira, estabelecendo variáveis como habitantes por região, nível sócio-cultural e econômico, firmamos o compromisso de num futuro próximo apresentar estudo mais acurado.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui proposto visou verificar se a cobertura da Agência Senado sobre temas científicos, neste caso, a transposição do Rio São Francisco, contribuiu para um melhor entendimento da população levando à conscientização acerca de conflitos ambientais existentes no Brasil.

Neste sentido, procurou-se examinar, através de pesquisa qualitativa com 50 pessoas, estudantes universitários, graduados ou pós-graduados, se a população foi beneficiada com a cobertura de tema tão complexo e importante. O trabalho realizado pela Agência Senado trouxe esclarecimentos adicionais ao seu público-alvo? A cobertura da transposição do Rio São Francisco pela Agência Senado refletiu os aspectos políticos e técnicos constantes na tomada de decisões pelo Senado Federal? A cobertura do tema pela Agência Senado suscitou a reflexão e o debate da população sobre conflitos ambientais?

Tendo a instantaneidade como aliada essencial, a Agência Senado atua, usando como ambiente de veiculação, a rede mundial de computadores, a Internet. Transmite a totalidade dos fatos ocorridos no âmbito do Senado Federal: debates nas comissões, votações em plenário, inquéritos parlamentares; enquanto que a imprensa regular faz uma seleção do que julga mais jornalístico.

Nenhum outro veículo da mídia tratou do tema da transposição do Rio São Francisco tanto quanto a Agência Senado. Sua cobertura refletiu a exaustão com que foi tratado, durante o período analisado.

Oportuno citar mais uma vez Almeida quando afirma:

As crescentes transformações que vêm passando as sociedades impõem ações eficazes e rápidas para atender novas demandas. Essa premência, aliada à necessidade que o homem tem de conhecer os fatos de maneira verdadeira, objetiva, completa e imparcial [...] indica que todos os recursos providos de lisura, no sentido de democratizar o acesso à informação, denotam validade. (ALMEIDA: 2005, 357)

Os veículos de comunicação do Senado Federal, e em especial, a Agência Senado, refletem também a qualidade, a quantidade e a clareza com que são tratados os eventos de cunho institucional, imprimindo um ritmo mais dinâmico ao parlamento brasileiro.

As Tecnologias da Informação e Comunicações - TIC's, por sua vez, têm potencial para aumentar e enriquecer a participação política, devido

primordialmente à natureza descentralizada da Internet – seu principal expoente – e à possibilidade de expansão do número de pessoas que podem absorver, produzir e disseminar idéias, melhorando assim o fluxo de informação.

A internet surgiu no Brasil no início da década de 1990 e, com sua rápida expansão, já possibilitou um índice de penetração muito maior que qualquer outro meio de comunicação da história, passando a ser a espinha dorsal da comunicação mediada por computadores no mundo.

A Agência Senado, dentro das condições de que dispõe, uma vez que depende do uso da Internet para fazer chegar a notícia ao cidadão, participa do interesse pela democratização da informação, lançando visibilidade e transparência em suas matérias, garantindo a pluralidade de ideologias representativas dos Estados, em prol da sociedade.

Desta forma, desenvolve seu trabalho, transmitindo conhecimentos e informações que são multiplicados e podem ser disseminados, através de inúmeros veículos privados de comunicação, dentro e fora do país. No entanto, estas informações chegarão mais facilmente aos cidadãos, com o comprometimento e o interesse da mídia privada, através de veículos mais acessíveis à população.

É sabido que no Brasil existem bases teóricas e legais, tendo a constituição como suporte, suficientes para assegurar o direito dos cidadãos à informação, porém o país não dispõe de estrutura que garanta o efetivo exercício desse direito.

Entendemos que os instrumentos para se fazer chegar ao cidadão brasileiro, o conhecimento e a informação precisa, estão aí. Num país onde há profundos mecanismos de exclusão social, o desafio maior é promover a redução das desigualdades sociais, dentre elas a exclusão tecnológica.

O questionamento que se faz é se o uso desta tecnologia será para dominação política ou para fazer justiça social. Temos que acreditar que toda esta tecnologia será usada para a promoção da justiça social, a partir da democratização da informação, promovendo cada vez mais o acesso do cidadão a estes meios tecnológicos.

Neste sentido, da mesma forma que se promovem políticas direcionadas para os setores de habitação, saúde, educação, segurança pública e geração de emprego e renda, cabe ao governo, com a participação de entidades da sociedade civil e setores privados, desenvolver políticas de inclusão e capacitação digital, sem as quais de nada valerá a profusão dessas novas tecnologias.

Compreendemos que o mais importante é o grau de credibilidade que o cidadão e a sociedade civil têm sobre a informação difundida pelos meios de comunicação do Legislativo brasileiro, em especial os do Senado Federal.

O surgimento destas fontes de informação revela predisposição do Estado em cumprir seu dever de informar e apontar caminhos para a democratização do acesso à informação.

Desta forma, o Poder Legislativo, em especial o Senado Federal cumpre seu papel pela democratização da informação, através de seus veículos, destaque à Agência Senado que atuou, no caso deste estudo, para manter o cidadão bem informado, trazendo esclarecimentos adicionais nas coberturas dos eventos realizados no âmbito do Senado Federal.

Acreditamos que através da atuação da Agência Senado tomou-se conhecimento dos vários aspectos relacionados à transposição do Rio São Francisco e que certamente o assunto, aliado a outros semelhantes provocou a reflexão em parcela considerável da população, acerca dos conflitos ambientais existentes no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Valeira Ribeiro da Silva Franklin. **A comunicação do Senado e o Direito à informação**. Brasília: Revista de Informação Legislativa, 2005
- ANDRADE, Cândido Teobaldo de Sousa. **Dicionário Profissional de Relações Públicas e Comunicação & Glossário de Termos Anglo-americanos**. 2ª ed., revista e atualizada - São Paulo: Summus, 1996.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**, 10ª ed., Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília: 200
- CALDAS, Graça: Comunicação, Educação e Cidadania: O Papel do Jornalismo Científico In: **Produção e Circulação do Conhecimento: Política, Ciência e Divulgação**.
- DALMONTE, Edson Fernando – **Inovações tecnológicas, Webjornalismo e fluxos informacionais: entre novas possibilidades e velhos ideais** – In: Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, V. 30, nº I, 2007.
- DUARTE, Jorge A. Menna; Veras Luciara (Orgs). **Glossário de Comunicação Pública**. V. 1. Brasília: Casa das Musas, 2006.
- _____; (Org). **Glossário Comunicação e Cidadania**. Elaborado pelos alunos do Curso de Especialização em Comunicação Legislativa Brasília: UNILEGIS, 2008.
- DUPAS, Gilberto. **Ética e Poder na Sociedade da Informação. De como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso**. 2ª ed.- São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- FERREIRA, Aluizio. **Direito à Informação, direito à Comunicação: Direitos Fundamentais na Constituição Brasileira**. São Paulo: Celso Bastos Editor: Instituto Brasileiro de Direito Constitucional, 1997.
- FERREIRA, Rubens da Silva. **A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado**. Capturado em R scielo. Brasília: 2003.
- GINDRE, Gustavo. **A sociedade civil brasileira e a luta pela democratização das comunicações**. Apostila. 2004.
- FILHO, Manoel Gonçalves Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**, 25 ed., - São Paulo: Saraiva 1999.
- FORD, Aníbal. O contexto do Público: transformações comunicações e socioculturais In: **Por uma outra comunicação**, Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FREITAS, Luiz Carlos Santana de. Apostila - **Introdução ao Jornalismo Legislativo**. Brasília: Unilegis, 2008.

GENTILLI, Victor. **Democracia de Massas** – Jornalismo e Cidadania Rio de Janeiro: Edipuc, 2005.

GINDRE, Gustavo. **A sociedade civil brasileira e a luta pela democratização das comunicações**. Apostila. 2004.

GUIMARÃES, Eduardo (Org.) **Produção e Circulação do Conhecimento: Política, Ciência e Divulgação**. São Paulo: Pontes Editores, 2003.

KUNSCH, Margarida M. Krohling; FISCHMANN, Roseli (Orgs). Sociedade Civil e Mídia: Poder e Conquistas. In **Mídia e Tolerância: A Ciência construindo Caminhos de Liberdade**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2002.

MATTELART, Armand. “**A imagem internacional dos Estados Unidos deteriorou-se consideravelmente**”, entrevista ao Boletim de Divulgação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Porto Alegre: 2005.

MASSARINI, Luiza; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO Fátima. (Orgs.) Aspectos Históricos da Divulgação Científica no Brasil. In **Ciência e Público - caminhos da divulgação científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Casa da Ciência – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura. 2002.

MELO José Marques de, Sathler, Luciano. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo: UMESP, 2005.

MORAES, Denis. O capital da mídia na lógica da globalização. In: **Por uma outra comunicação**, Rio de Janeiro: Record, 2005.

MORAIS, Sandra

OLIVEIRA, Fabíola de. **Jornalismo Científico**. 2ª ed. - São Paulo: Contexto, 2007.

SANT'ANNA, Francisco. **Mídia das Fontes – o difusor do jornalismo corporativo**. 2ª ed. – Brasília-DF: Casa das Musas, 2008.

WARD, Bárbara; DUBOS, René. **Uma terra somente: a preservação de um pequeno planeta**. Tradução: Antônio Lamberti. São Paulo: Melhoramentos, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

WERTHEIN, Jorge. **Entre Riscos e Benefícios** – artigo – Revista Jurídica Consulex Ano XI nº 251 – 30 de junho de 2007.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois? – uma teoria crítica das novas mídias**. Trad. Isabel Crosset. Porto Alegre: Sulina, 2003.

ZAMBONI, Lílian M. S. **Cientistas, jornalistas e a divulgação Científica: subjetividade e heterogeneidade no discurso da divulgação científica**. Campinas/SP: Editores Associados, 2001.

Brasil. Comitê Gestor da Internet no Brasil. Disponível em: <<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2007/rel-geral>> Acesso em 07 out. 2008.

Brasil. Informação em Telecomunicações – TELECO. Disponível em:

<04.htm<http://www.teleco.com.br/internet.asp>> Acesso em 13 out. 2008.

Brasil. O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE. Disponível em: http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=6&proj=PortalIBOPE&pub=T&db=caldb&comp=pesquisa_leitura&nivel=null&docid=F0BA65FF8A513A48832574750050527E Acesso em 14 out. 2008.

Brasil. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. SBPC. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/site/noticias/> Acesso em 15 ago.2008.

ANEXOS

PRIMEIRA PARTE – MATÉRIAS SOBRE PRONUNCIAMENTOS EM PLENÁRIO



PLENÁRIO
27/02/2007 - 16h31

César Borges critica plano de transposição das águas do São Francisco



Foto: Roosevelt Pinheiro

Ao discursar em Plenário nesta terça-feira (27), o senador César Borges (PFL-BA) criticou o governo federal e o governador da Bahia, Jaques Wagner (PT), por defenderem a transposição das águas do Rio São Francisco. O senador defende, em vez da transposição, a revitalização da bacia.

Agora, lamentavelmente, o governo federal insiste em dizer que terá R\$ 6 bilhões para realizar uma obra malfadada disse ele, acrescentando que essa iniciativa encontra oposição não só na Bahia, mas também em Alagoas e Sergipe.

César Borges declarou que Jaques Wagner o qual iniciou seu mandato em janeiro atua como "defensor das iniciativas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sentindo-se talvez no papel de articulador das ações do governo federal no Nordeste". De acordo com o senador, o governador Marcelo Déda (SE), apesar de ser do PT, seria contra a transposição.

O parlamentar afirmou ainda que Dom Luiz Flávio Cappio teria feito um novo apelo para que não sejam realizadas essas obras. César Borges lembrou que, em 2005, o religioso havia realizado uma greve de fome em protesto contra o empreendimento e em defesa da revitalização do São Francisco.

Em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo* naquele ano, Cappio afirmava que a transposição representa uma ameaça à existência do rio, "abrangeria apenas 5% do semi-árido brasileiro e beneficiaria 0,23% da população do Nordeste, segundo críticos". Ele também ressaltava que o projeto "elevaria o custo da água disponível e estabeleceria o mercado da água", além de "justificar, equivocadamente, um Nordeste setentrional separado do todo".

Contingenciamento

César Borges reiterou ainda suas críticas ao contingenciamento de recursos anunciado recentemente pelo governo federal, no montante de R\$ 16,4 bilhões. Esse contingenciamento implica a retenção de verbas que seriam gastas em itens previstos no Orçamento, como é o caso dos investimentos.

Ricardo Koiti Koshimizu / Agência Senado
(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



PLENÁRIO
06/03/2007 - 21h46

Suplicy analisa os dois lados da polêmica sobre a transposição do São Francisco



Ao discursar em Plenário na noite desta terça-feira (6), o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a polêmica que envolve a transposição das águas do Rio São Francisco "voltou a preocupar, neste início de 2007". Ele assinalou que o governo federal está começando a tomar as providências para iniciar a execução do projeto.

O governo, especialmente o Ministério da Integração Nacional, certamente tem argumentos sólidos a apresentar nesse debate afirmou Suplicy, acrescentando que esse projeto "tem o objetivo de acabar com o problema da seca no semi-árido brasileiro, que aflige há mais de cem anos o governo e a sociedade brasileira".

Por outro lado, o senador disse que os críticos da transposição, como dom Luiz Flávio Cappio, "estão convencidos de que existem opções melhores, socialmente mais justas e mais baratas". Cappio, que em 2005 realizou uma greve de fome para protestar contra a transposição, defende como alternativa a revitalização da bacia do São Francisco.

Suplicy afirmou que até governadores do PT, como Marcelo Déda (SE) e Jaques Wagner (BA), teriam manifestado dúvidas quanto à transposição. De acordo com o senador, os dois "deram claras indicações de que não são entusiastas do projeto e desejam maior discussão". Essa declaração contradiz o que o senador César Borges havia dito no último dia 27 em Plenário ele apontara a contrariedade de Marcelo Déda, assim como Suplicy, mas dissera que Jaques Wagner apoiava a transposição.

O fato é que o assunto continua dividindo o Nordeste. No resto do país, a questão ainda não suscitou a merecida atenção ressaltou Suplicy.

Visões conflitantes

Suplicy ressaltou que o Plano Plurianual (PPA) do governo federal para o período 2004/2007 priorizou várias ações no setor hídrico da Região Nordeste, incluindo a integração de suas bacias e a revitalização ambiental da bacia do São Francisco. Ele disse ainda que, de acordo com o Ministério da Integração Nacional, o projeto de transposição e revitalização do São Francisco vai levar desenvolvimento para a região do semi-árido.

Já ao citar a recente carta que dom Luiz Flávio Cappio enviou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Suplicy destacou o trecho em que Cappio diz que o custo das obras iniciais da transposição está estimado em R\$ 6,6 bilhões, mais da metade do orçamento destinado aos recursos hídricos pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em outro trecho mencionado por Suplicy, Cappio cita relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) no qual o órgão afirma que o projeto não beneficiará o número de municípios e de pessoas que o governo federal diz que abrangerá.

[Ricardo Koiti Koshimizu / Agência Senado](#)

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



PLENÁRIO

12/07/2007 - 19h37

José Maranhão vê interligação do São Francisco como saída para desabastecimento de água



Foto: Geraldo Mangela

O senador José Maranhão (PMDB-PB) voltou a defender a interligação de bacias com o Rio São Francisco como saída para enfrentar a ameaça de desabastecimento de água no Nordeste Setentrional, formado pelos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Segundo informou, os eixos de interligação Norte e Leste deverão garantir uma vazão de 26,4 metros cúbicos por segundo, o que corresponderia a apenas 1,4% da vazão regularmente liberada pela represa de Sobradinho, na Bahia.

O fornecimento de água diária por esses eixos também será comparável, conforme acrescentou, ao volume diário de evaporação no lago da represa de Itaparica, na divisa entre Pernambuco e Bahia. Esses

dados levaram José Maranhão assegurar que o projeto do São Francisco não vai afetar a sustentabilidade ambiental do rio.

- Segundo pesquisa recente, 83% dos brasileiros são favoráveis à transposição, inclusive aqueles que moram no Sul do país - comentou.

O peemedebista também disse não entender "a forma preconceituosa" com que certas lideranças, inclusive religiosas, se referem à obra. Além de não resolverem o problema da falta d'água, muitas obras hídricas realizadas até agora no Nordeste teriam até contribuído, na sua opinião, para piorar a imagem da região como a da "indústria da seca". O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) endossou o apelo do parlamentar da Paraíba.

Simone Franco / Agência Senado

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

SEGUNDA PARTE –MATÉRIAS SOBRE EVENTOS EM COMISSÕES

COMISSÕES

01/03/2007 - 14h36

Recriação da Sudeco é prioridade do PAC, diz ministro



Foto: Jane de Araújo

A **Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)** discutiu nesta quinta-feira (1º) projetos do Programa de Aceleração do Desenvolvimento (PAC) para o Centro-Oeste. De acordo com o ministro da Integração Nacional, Pedro Brito do Nascimento, a recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) é uma das prioridades do PAC para a região. A importância da recriação do órgão foi ressaltada pelo vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Distrito Federal, o ex-senador Paulo Octávio, também presente na audiência.

- A presença da Sudeco é um pressuposto do PAC, uma das nossas prioridades. O Centro-Oeste também precisa de atenção diferenciada - disse o ministro.

A proposta da recriação da Sudeco encontra-se em tramitação no Senado. As Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia (Sudene e Sudam) já foram recriadas e o senador Romero Jucá (PMDB-RR) pediu que sejam dotadas de infra-estrutura para que possam cumprir seu papel. O ministro Pedro Brito do Nascimento também defendeu a necessidade de que a Sudene e a Sudam sejam dotadas de estrutura que permita seu funcionamento adequado.

A **transposição** do Rio São Francisco foi outro tema debatido pelo ministro, ao responder a perguntas dos senadores. O senador José Maranhão (PMDB-PB) defendeu a **transposição**, dizendo que é a única perspectiva de desenvolvimento para determinadas regiões do Nordeste. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que o estado de Minas Gerais está preocupado com a **transposição** e pediu investimentos na revitalização do **rio**, antes que a **transposição** seja efetivada.

Pedro Brito de Nascimento apoiou proposta de emenda à Constituição (PEC), apresentada pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que destina recursos específicos, durante 20 anos, para a revitalização do São Francisco. Ele informou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destinará R\$ 1,3 bilhão nos próximos 4 anos para a revitalização do **rio**. O ministro garantiu que o projeto de **transposição** do **rio** será iniciado brevemente.

- Não há mais nenhuma pendência judicial. A licença prévia já foi concedida e a licença de instalação deverá ser concedida no máximo até a próxima semana. Os Batalhões de Engenharia do Exército estão prontos para começar os trabalhos - afirmou.

O senador José Nery (PSol-PA) pediu mais recursos públicos para o Norte e o Nordeste. Para o senador, o tema do desenvolvimento regional sempre precisa ser tratado levando-se em conta as profundas desigualdades do país. Nery destacou que o turismo é potencializador do desenvolvimento sustentável.

Distrito Federal

O vice-governador do DF afirmou que a crise no setor aéreo que o país vive desde o fim do ano passado está prejudicando muito o turismo. Paulo Octávio destacou que, devido a atrasos e cancelamentos de vôos nos aeroportos brasileiros, os usuários estão perdendo muitas conexões e, com isso, vários vôos internacionais deixam de acontecer por falta de pontualidade e regularidade no serviço aéreo brasileiro.

- Estamos perdendo turistas, temos que tomar um rumo. É urgente que o governo federal tome uma iniciativa em relação a essa questão - pediu o senador.

Sobre Brasília, o senador destacou que se trata de uma cidade que recebe poucos turistas no fim de semana. Paulo Octávio pretende modificar essa situação.

-Precisamos despertar no brasileiro o orgulho nacional por sua capital. Somos pouco visitados e queremos mudar esse quadro - disse.

[Sílvia Gomide / Agência Senado](#)

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

COMISSÕES
28/06/2007 - 15h21

Geddel diz que quem votou em Lula aprovou obras de transposição do São Francisco



O ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, afirmou nesta quinta-feira (28), em debate com senadores na **Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)**, que os manifestantes que acamparam nas proximidades das obras do projeto de **transposição do Rio São Francisco**, iniciadas neste mês de junho, não têm legitimidade para exigir a paralisação do projeto, pois não foram eleitos para governar.

- O Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional foi aprovado por maioria esmagadora do povo brasileiro na última eleição do presidente Lula e, assim, o governo Lula tem legitimidade para executar o projeto - declarou Geddel Vieira Lima.

A afirmação foi feita em resposta ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que perguntou sobre o diálogo com o bispo Dom Luiz Flávio Cappio - um dos líderes dos manifestantes. Geddel Vieira Lima disse que, logo ao assumir o ministério, há dois meses, telefonou a Dom Luiz Cappio e o convidou para uma conversa no ministério, mas nunca recebeu resposta, "nem um telefonema do bispo".

Na audiência pública, proposta pela presidente da comissão, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), para discutir a política de desenvolvimento regional, o projeto de **transposição do São Francisco** recebeu apoio dos senadores Garibaldi Alves (PMDB-RN) e Cícero Lucena (PSDB-PB).

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse não ser contra o projeto, mas a favor de que se faça antes a revitalização do Rio São Francisco. Em resposta, o ministro disse que a revitalização deve ser feita "antes, durante e depois" da **transposição**. Geddel ressaltou que, durante visita na semana passada à nascente do São Francisco, à Lagoa da Prata e à cidade de Pirapora (MG), de onde seguiu para Bom Jesus da Lapa (BA), testemunhou a necessidade do projeto tornar-se uma ação permanente.

- Navegando pelo Rio São Francisco, de Minas a Bahia vi garrafas de plástico jogadas no rio, bombas retirando água numa vazão maior do que a permitida por lei e outras ações predatórias que combatemos - disse Geddel Vieira Lima.

Depois de ressaltar a importância **do** projeto, o senador Garibaldi Alves disse que está preocupado com a informação de que, pelas previsões atuais **do** desenvolvimento das obras, somente daqui a três anos estará pronto o canal norte, que levará água para os sertões de Pernambuco, Ceará, Paraíba e **Rio Grande do** Norte. O canal leste, que beneficiará parte **do** sertão e as regiões **do** agreste de Pernambuco e da Paraíba, deverá estar pronto primeiro, disse Garibaldi.

Em alusão ao protesto de Dom Luiz Cappio, que no ano passado fez greve de fome contra o projeto, o senador Cícero Lucena disse que, por falta da água que a **transposição** levará a vários estados **do** Nordeste, milhares de pessoas já passaram fome. "Já vi casa onde havia feijão, mas não havia água para cozinhar", ressaltou o parlamentar.

Lucena argumentou que a **transposição** em nada ameaçará o **rio**, que deposita 2.800 metros cúbicos de água por segundo no oceano, já que a **transposição** utilizará apenas 60 mil metros cúbicos de água por segundo. O senador ressaltou que, apesar de fazer oposição ao governo Lula, apóia esse projeto **do** governo, pois, como informou, a cidade de Campina Grande, por exemplo, que tem 400 mil habitantes, chegou a fazer racionamento de água e poderá sofrer falta de água se o projeto de **transposição** não for executado.

- No futuro, vai faltar água inclusive na capital da Paraíba, João Pessoa, se a **transposição** não for feita - destacou.

Geraldo Sobreira / Agência Senado

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



COMISSÕES

28/08/2007 - 17h38

Comissão de Meio Ambiente ouve especialistas sobre combate a desertificação



Foto: José Cruz

Ao falar na **Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA)** sobre combate à desertificação, o assessor do Banco Mundial para o Brasil, Antônio Rocha Magalhães, citou os resultados do Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas, patrocinado pelas Nações Unidas,

para demonstrar que o mundo já vive um período de aquecimento global que deve agravar o problema em várias regiões.

■ Se nada de relevante for feito, haverá um aumento de 3 ou 4 graus centígrados na temperatura da Terra até 2050. Áreas áridas e semi-áridas receberão menos água e, infelizmente, o impacto será maior onde o problema já existe. O Nordeste terá secas mais frequentes e fortes, intensificando as dificuldades de combate à desertificação ■ afirmou.

Antônio Rocha Magalhães disse que a adaptação às mudanças climáticas representa o melhor caminho de convivência com a seca, para reduzir a vulnerabilidade das regiões. Essa estratégia depende muito das políticas públicas e da sustentabilidade do desenvolvimento, pois pobreza e desastres naturais são interdependentes, sendo possível a criação tanto de um círculo vicioso quanto de um círculo virtuoso.

Segundo Antonio Rocha Magalhães, a falta de continuidade dos programas governamentais representa um problema sério no Brasil. Ele lembrou já existirem programas locais para combate à seca e à desertificação, tanto na Bahia quanto no Ceará, com soluções importantes. Ele considera fundamental que esses programas tenham continuidade e frisou que Congresso pode ter uma ação importante nesse sentido.

Auto-aniquilação

José Roberto de Lima, coordenador do Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, do Ministério do Meio Ambiente, afirmou que a desertificação é tema antigo na história do mundo. Ele lembrou que muitas sociedades, tais como as dos Maias e dos habitantes da Ilha da Páscoa, se auto-aniquilaram por causa do uso intensivo de seus recursos naturais. Atualmente, disse, a desertificação ficou ligada, também, ao aquecimento global. Ele lembrou que a Convenção das Nações Unidas sobre Desertificação classificou de áreas áridas (desertos) nada menos que 33% da superfície mundial.

O Nordeste brasileiro, classificado de semi-árido, apresenta agravantes de sua condição, tais como queimadas, desmatamento, pastoreio acima da capacidade, agricultura mal dimensionada e até irrigação equivocada que pode levar à salinização do solo, uma forma grave de desertificação, explicou.

José Roberto de Lima afirmou que as diretrizes regionais do Ministério do Meio Ambiente sobre combate à desertificação abrangerão 23% da área do país e 19% da população (32 milhões de pessoas) o que representa o semi-árido mais populoso do mundo, por isso muito vulnerável a secas mais intensas ou prolongadas.

■ Os estudos das Nações Unidas apontam para chuvas mais concentradas no tempo e no espaço. A previsão é de que, até 2050, metade das terras da América Latina sejam impróprias para a agricultura e o semi-árido brasileiro virará uma região desértica, árida. E o que acontecerá com esses 32 milhões de pessoas? ■ perguntou.

José Roberto de Lima concluiu que a solução para esse grande desafio será barrar o avanço da desertificação, tentando recuperar as áreas já comprometidas que forem passíveis de recuperação, através de esforços integrados dos Ministérios da Educação, Agricultura e Meio Ambiente.

Tempestades de areia

Gertjan Beekman, representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), ligado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), afirmou que desertificação não representa um problema local, uma vez que tempestades de areia no Saara (África) levantam quantidades imensas de resíduos que atingem até as regiões alpinas da Suíça (Europa).

Beekman afirmou, ainda, que a pobreza está fortemente ligado à desertificação, por isso os programas do IICA integram o combate aos dois problemas, com ampla participação das comunidades locais. Ele ressaltou a importância da participação das populações envolvidas citando como exemplo o que ocorreu no Mar Aral na Rússia, que está com apenas um terço de sua capacidade, nos dias de hoje, em decorrência do desvio de rios, feito para a irrigação das culturas de algodão na região. O resultado foi um desastre ecológico por ação direta do homem, destacou.

Megalomania

O senador César Borges (DEM-BA) reconheceu que o governo fez um bom diagnóstico sobre a desertificação, mas observou que cabe ao Legislativo pressionar pela efetivação dos projetos, impedindo o contingenciamento de verbas orçamentárias.

César Borges disse ser contrário ao projeto de **transposição** das águas do **Rio São Francisco**, por entender que gastar R\$ 6 bilhões, num "programa megalomaniaco", é desperdício de recursos públicos. Ele afirmou que esse montante deveria ser gasto em ações de perenização dos rios, construção de açudes, projetos de irrigação e outros de desenvolvimento sustentado para as populações.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) manifestou preocupação com a eficácia das medidas mitigadoras da seca no semi-árido nordestino, previstas pelo governo e com a sua capacidade de fixar o homem nordestino na sua terra, revertendo o quadro de migração crescente do Nordeste para outras regiões do Brasil. Ele também questionou se os recursos destinados pelo governo brasileiro para esta área serão suficientes para atingir os objetivos propostos.

[Laura Fonseca / Agência Senado](#)

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

TERCEIRA PARTE – MATÉRIA ESPECIAL

ESPECIAL

23/01/2007 - 18h37

Anúncio de obras da transposição do São Francisco divide senadores



Foto: Marcelo Lyral/Fundação Quinteto Molhado

Recém-lançado pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) prevê recursos para um empreendimento que já gerou muita discussão no Senado: o Projeto de Integração do Rio São Francisco, mais conhecido como Projeto de Transposição do São Francisco. Longe de serem alvo de consenso, as obras de integração do rio com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional deverão ser iniciadas em fevereiro.

Ex-ministro da Integração Nacional no governo Fernando Henrique Cardoso, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) integra a ala dos senadores favoráveis à transposição, avaliada por ele como "primordial e imprescindível" para os estados do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco. Suassuna considera legítimo o direito de estados banhados pelo rio contrários à obra, como Minas Gerais e Bahia, defenderem seus argumentos sobre o assunto, mas afirma que isso não lhes dá o direito de obstruir o projeto.

■ O que faz uma Nação é a solidariedade. A gente tem o mesmo direito a essa água, que seria jogada no Oceano Atlântico ■ declarou.

Em contrapartida, o senador César Borges (PFL-BA) disse sempre ter sido contrário ao projeto por considerá-lo "equivocado".

■ Vai-se gastar muito, mais de R\$ 6 bilhões, em um projeto cujos efeitos estão longe daqueles alardeados pelo governo ■ afirmou.

O pefelista concorda, entretanto, com o projeto de revitalização da bacia hidrográfica do São Francisco, com investimentos federais previstos de R\$ 1,3 bilhão nos próximos quatro anos. Mas desconfia que a promessa do governo de realizá-la em paralelo à transposição seja uma tentativa de diminuir as resistências ao projeto.

■ Continuarei criticando e sendo contra o projeto ■ anunciou.

De acordo com o Ministério da Integração Nacional, as obras de integração do São Francisco aguardam apenas a expedição da licença de instalação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para serem iniciadas. O projeto tem R\$ 6,6 bilhões previstos no PAC e deverá assistir 12 milhões de habitantes em 391 municípios dos quatro estados beneficiários.

[Simone Franco / Agência Senado](#)

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)